



#26

Junio 2022

El ejercicio del **pensar**

**Reconstruir
la totalidad.
Una apuesta
desde el
marxismo
latinoamericano**

Agustín Cueva,
30 años después

SEGUNDA PARTE

PARTICIPAN EN ESTE NÚMERO

Fernando Correa Prado
David Chávez
Jacqueline Artieda

Boletín del
Grupo de Trabajo
**Herencias
y perspectivas
del marxismo**



CLACSO



CLACSO

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales
Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais

Colección Boletines de Grupos de Trabajo

Director de la colección - Pablo Vommaro

CLACSO Secretaría Ejecutiva

Karina Batthyány - Directora Ejecutiva
María Fernanda Pampín - Directora de Publicaciones

Equipo Editorial

Lucas Sablich - Coordinador Editorial
Solange Victory y Marcela Alemandi - Gestión Editorial

Equipo

Natalia Gianatelli - Coordinadora
Cecilia Gofman, Marta Paredes, Rodolfo Gómez, Sofía Torres,
Teresa Arteaga y Ulises Rubinschik.

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales | Queda hecho el depósito que establece la Ley 11723.

No se permite la reproducción total o parcial de este libro, ni su almacenamiento en un sistema informático, ni su transmisión en cualquier forma o por cualquier medio electrónico, mecánico, fotocopia u otros métodos, sin el permiso previo del editor.

La responsabilidad por las opiniones expresadas en los libros, artículos, estudios y otras colaboraciones incumbe exclusivamente a los autores firmantes, y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

CLACSO
Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais
Estados Unidos 1168 | C1023AAB Ciudad de Buenos Aires | Argentina
Tel [54 11] 4304 9145 | Fax [54 11] 4305 0875 | <clacso@clacsoinst.edu.ar> |
<www.clacso.org>



Este material/producción ha sido financiado por la Agencia Sueca de Cooperación Internacional para el Desarrollo, Asdi. La responsabilidad del contenido recae enteramente sobre el creador. Asdi no comparte necesariamente las opiniones e interpretaciones expresadas.

Coordinadora

María Elvira Concheiro Bórquez
Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias
y Humanidades
Universidad Nacional Autónoma de México
elvira.concheiro@gmail.com

Editor

Jaime Ortega Reyna
gtmarxismo@gmail.com

Coordinadores de este número

Sofía Lanchimba
Andrés Tzeiman

Facebook (a cargo de Miguel Meléndez):
<https://www.facebook.com/Herencias-y-perspectivas-del-Marxismo-Gt-Clacso-159187474621120>

Nuestro boletín se titula **El ejercicio del pensar** en honor a **Fernando Martínez Heredia** (1939-2017), marxista cubano, caribeño y latinoamericanista.

Contenido

- 5 **Atualidades do livro *Teoria marxista: categorias de base e problemas atuais*, de Agustín Cueva**

Fernando Correa Prado

- 20 **Tercermundización del marxismo**

La presencia de Althusser en la obra de Agustín Cueva

David Chávez

- 43 **Agustín Cueva y la doble condición del "desarrollo desigual"**

Dependencia y deriva autoritaria

Jacqueline Artieda

Atualidades do livro *Teoria marxista: categorias de base e problemas atuais,* de Agustín Cueva¹

Fernando Correa Prado*

*Enquanto o capitalismo não tiver sido destruído definitivamente,
o cânone de Marx segue sendo válido.*

José Carlos Mariátegui,
“A filosofia moderna e o marxismo”, 1929

A rigor, Agustín Cueva não é um autor totalmente desconhecido para a esquerda socialista e comunista brasileira ou mesmo para o campo mais geral do marxismo no país. E tampouco é ignorado no âmbito acadêmico

* Invitado por el Grupo de Trabajo CLACSO Herencias y perspectivas del marxismo. Professor da Universidade Federal da Integração Latino-americana (Unila).

¹ Este texto originalmente foi escrito como Prefácio à edição brasileira do livro de Agustín Cueva, *A teoria marxista: categorias de base e problemas atuais* (LavraPalavra, 2021). Para a presente publicação em sua homenagem reproduzimos apenas a última parte do referido Prefácio, parte esta que apresenta considerações sobre a atualidade do livro.

nacional, sendo que parte de sua obra figura em ementas de disciplinas universitárias de história e sociologia latino-americanas, tendo ele inclusive sido professor visitante do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo entre maio e junho de 1987. Em termos editoriais, pode-se dizer que há certa circulação de seus escritos por aqui, se consideramos a publicação de *O processo de dominação política no Equador* (Insular/IELA, 2017), a esgotada edição de seu clássico *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina* (Global, 1983), a também esgotada edição de *Tempos conservadores*, livro por ele organizado (Hucitec, 1989a), além de artigos publicados em revistas e livros, entre os quais se destaca o texto sobre o Equador na coleção de 4 volumes intitulada *América Latina: história de meio século* (Editora UnB, 1988a). Acrescentaria ainda os cursos de formação política que abordam sua obra (penso, por exemplo, nos cursos de economia política da América Latina oferecidos na Escola Nacional Florestan Fernandes, em que são estudados os absurdos R\$199,90. na Am Cueva. a entrevista, realizada por Elaine Tavares a Rençimplesmente, nos convencer de que Ecdconforee t absurdos R\$199,90. na Am Cueva. a entrevista, realizada por Elaine Tavares a Rençimplesmente, nos convencer de que seus textos) e as recentes traduções de artigos e atividades em torno de sua contribuição teórico-política.²

2 Dentre esses materiais de Cueva recentemente traduzidos e publicados estão: “O desenvolvimento do capitalismo na América Latina e a questão do Estado” (Portal LavraPalavra, 21 de fevereiro de 2019; tradução de Fernando Savella); “O fetichismo da ‘hegemonia’” (Portal LavraPalavra, 24 de abril de 2019; trad. Fernando Savella), “O caso do movimento indígena no Equador” (Portal TraduAgindo, 13 de outubro de 2019; trad. Andrey Santiago); “A política econômica do fascismo” (Portal LavraPalavra, 30 de abril de 2020; trad. Fernando Savella); “A questão do fascismo” (Portal LavraPalavra, 02 de julho de 2020; trad. Fernando Savella); “O marxismo latino-americano: história e problemas atuais” (Portal LavraPalavra, 21 de agosto de 2020; trad. Lorena Duailibe). A *REBELA - Revista Brasileira de Estudos Latino-americanos*, promovida pelo Instituto de Estudos Latino-americanos da Universidade Federal de Santa Catarina (IELA-UFSC), publicou, em 2016, um longo texto de René Báez sobre a “Vida y obra de Agustín Cueva” (Báez, 2016). Também na página do IELA/UFSC se encontram materiais recentes sobre Agustín Cueva, entre os quais um vídeo curto de apresentação do autor feito por Nildo Ouriques, bem como uma entrevista realizada por Elaine Tavares a René Báez, primeiro editor e amigo pessoal de Cueva. Importante mencionar ainda o vídeo sobre o livro *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*, no programa “Resgatando os clássicos”, nesta ocasião ancorado por Poliana Cavalheiro e Luis Fernandes e apresentado por Allefy Matheus, bem como o vídeo de Jones Manoel titulado “Agustín Cueva e o fetiche da hegemonia”. Mais recentemente, já no processo de divulgação deste livro, há também o episódio “O marxismo de Agustín Cueva” do *podcast Revolushow*, com Allefy Matheus e Fernando Savella (tradutor do livro) e ancorado por Diego Miranda, programa este que foi ao ar em 22 de outubro de 2021. E dentre os materiais mais antigos

Ainda assim, e mesmo considerando o crescente esforço de resgate de sua obra, seria demais dizer que se trata de um autor familiar, facilmente localizável no denso campo do pensamento marxista produzido na América Latina e Caribe – e no mundo – no contexto aberto pela Revolução Cubana em 1959 e que sofre um refluxo momentâneo com a crise teórica e a guinada conservadora de finais dos anos 1980.

Pois bem, com a publicação de *A teoria marxista: categorias de base e problemas atuais*, lançado pela editora LavraPalavra, abre-se no Brasil um novo patamar para conhecer seu pensamento e, sobretudo, para aprofundar o entendimento crítico e radical de nossa realidade. Afinal, de acordo com Alejandro Moreano, escritor e ensaísta equatoriano e importante compilador de Agustín Cueva, o livro que você tem em mãos ou vê na tela “é, sem dúvida, a obra teórica mais importante de Cueva” (2015, p. 265).

Obra destinada a qualquer pessoa que queira se debruçar no estudo inicial de temas como classes sociais, modo de produção, formação social, propriedade, ciência, ideologia, alienação, cultura, nação, Estado, dependência, hegemonia, democracia, marxismo na América Latina, e, como eixo articulador, a luta de classes, é também um livro que permite o aprofundamento teórico nas controvérsias que cada um desses temas suscita, e não são poucas. É, pois, um livro para formação básica e, ao mesmo tempo, um livro para estudiosos/as do marxismo. É ainda, e sobretudo, um livro para a militância socialista e comunista – daí sua reedição, em 2004, pelo Partido Comunista Marxista-Leninista do Equador, após ter sido lançado originalmente pela editora Planeta, em Quito, em 1987. E mais importante do que tudo isso: é uma obra atual e necessária para a compreensão da realidade concreta de nosso período histórico no Brasil. Um período no qual a luta contra a tremenda ofensiva burguesa

publicados no Brasil, além daquelas publicações em livro já citadas, estão: “La cuestión democrática en América Latina: algunos temas y problemas”, publicado na revista *Estudios Avanzados* (1988b), como resultado de sua estadia na USP; e o artigo “La concepción marxista de las clases sociales”, publicado em espanhol na revista *Debate & Crítica* (1974), posteriormente traduzido por Hermann Iark Oberdiek e Nelson Dácio Tomazi e publicado na revista *Mediações* (1997). Pelo que pude averiguar, são esses os materiais de Cueva disponíveis no Brasil até o momento.

em sua forma protofascista se impõe e que, por isso mesmo, abre espaço para que posições liberais e burguesas se apresentem como “democráticas”. Eis aqui uma das várias contribuições ainda candentes da análise de Cueva, que no último capítulo deste livro nos adverte: “parece absolutamente idealista pensar que pode existir atualmente uma democracia *sem adjetivos*” (2021, p. 258).³

Como convite à leitura e à curiosidade sobre o autor, neste prefácio buscarei: i) traçar algumas referências gerais de Agustín Cueva, oferecendo um perfil biográfico e bibliográfico para quem se interessar em sua vida e obra; ii) indicar possíveis caminhos para adentrar mais a fundo na leitura crítica de sua obra e de algumas das controvérsias em que se inseriu; e iii) *de forma sintética e partindo de minha leitura particular, destacar alguns traços da atualidade e pertinência deste livro, com a certeza de que outras leituras certamente encontrarão outros tantos elementos neste mesmo sentido.*

Algumas atualidades deste livro

Quase nas últimas linhas de *A teoria marxista: categorias de base e problemas atuais*, Cueva afirma:

[...] é obrigação do marxismo latino-americano definir com profundidade o que se entende por democracia em países como os nossos, tendo em conta primordialmente as aspirações e interesses dos setores populares e evitando que se utilize o conceito de democracia para mascarar as contradições de classe, obscurecer as definições frente ao imperialismo ou extinguir do horizonte toda possibilidade de transformação realmente anticapitalista (p. 259).

Para chegar a essa afirmação – tremendamente atual e necessária – Cueva percorre um caminho que, como dissemos no início, perpassa diversas categorias, apresentando sua compreensão a partir do marxismo:

³ Todas as citações de Cueva são da edição brasileira de *A teoria marxista: categorias de base e problemas atuais*

classes sociais, modo de produção, formação social, propriedade, ciência, ideologia, alienação, cultura, nação, Estado, dependência, hegemonia, democracia e, como eixo articulador e esfera principal de debate, a luta de classes e o marxismo na América Latina. Cueva apresenta tais categorias fundamentais do marxismo; aprofunda a compreensão das classes sociais em sua relação com a propriedade privada e suas formas de articulação em cada formação social; analisa a tensão entre ciência social e ideologia de classe; se coloca no debate em torno das categorias de alienação e fetichismo; contribui para a sistematização de uma teoria materialista e histórica sobre a cultura e sua relação com a questão nacional; tece uma crítica à utilização da categoria de hegemonia presente em certas leituras de Gramsci; elabora teoricamente o espaço da América Latina enquanto unidade diversa; propõe uma periodização do marxismo na região; e faz tudo isso se apoiando – não só, mas principalmente – em Marx, Engels e Lenin, e em diálogo e polêmica com um ampla gama de autora/es inserida/os na tradição marxista: Rosa Luxemburgo, José Carlos Mariátegui, Josef Stalin, Antonio Gramsci, György Lukács, Adolfo Sánchez Vásquez, Ernesto “Che” Guevara, Pierre-Philippe Rey, Etienne Balibar, Louis Althusser, Charles Bettelheim, Nicos Poulantzas, Octavio Ianni, Adam Schaff, Michael Löwy, Ernesto Laclau, entre outros.

Isto posto, a intenção dessa última seção não é repassar ponto a ponto o conteúdo do livro, mas sobretudo convidar à leitura. Para isso, procurarei destacar mais alguns aspectos que fazem desta obra uma contribuição importante para a compreensão transformadora do mundo presente. De forma mais breve do que nas seções anteriores, no que segue irei pinçar algumas passagens de cada capítulo que, em minha leitura particular, dão mostras da atualidade e necessidade deste livro. E, para finalizar, farei um comentário um pouco mais detido sobre o último capítulo, em que Cueva propõe uma periodização do marxismo latino-americano distinta daquela que, creio, muitos/as de nós tivemos contato em nosso processo formativo.

No primeiro capítulo, por exemplo, no ponto em que trata das camadas sociais como a burocracia e os intelectuais, ao apresentar os elementos

a serem considerados numa análise concreta da inserção da burocracia na estrutura de classes, Cueva sinaliza a diferença entre os ramos civil e militar do aparato estatal, deixando uma linha de explicação sobre “porque as forças armadas procedem à depuração da burocracia civil e dos aparatos ideológicos depois de cada golpe de Estado” (p. 96). Uma compreensão teórica que nos ajuda a entender uma série de mudanças que vimos de 2016 até hoje no Brasil, como o fato de ter mais do que dobrado os cargos militares no governo federal, ou as intervenções sobre as eleições de reitorias em mais de vinte instituições federais de ensino, ou então, ainda a título de mero exemplo, o fato do governo Bolsonaro – que representa a continuação e o aprofundamento do golpe de 2016 – ter indicado para a presidência da Fundação Palmares um sujeito execrável como Sérgio Camargo, que nega a existência de racismo no país.

Ainda no primeiro capítulo, e vinculado a este último exemplo, Cueva afirma algo que nos parece importante para o debate político atual (p. 99):

[...] *dado seu alcance teórico* as classes sociais sobredeterminam os demais grupos e categorias sociais, imprimindo neles modalidades específicas de existência: marcando-os com um “selo de classe”, se é que cabe a expressão. Assim, por exemplo, não é possível imaginar um problema racial no capitalismo que não esteja sobredeterminado pela estrutura de classes, em maior ou menor medida.

Usamos neste caso o conceito de sobredeterminação para indicar uma relação em que um nível determina o outro, mas sem que o nível determinado seja um epifenômeno do determinante.

E adverte na sequência: “isso não significa subtrair delas [das contradições que perpassam as classes sociais] transcendência humana ou moral, nem negar a urgência de sua resolução”. Parece-nos relevante esta colocação no sentido de armar teoricamente a superação de uma forma de crítica ao racismo com viés liberal, que não envolve num mesmo movimento teórico-prático a luta antirracista com a luta anticapitalista e vice-versa.

Do segundo capítulo ressalto outro debate a meu ver pertinente para a atualidade, quando trata da relação entre classes sociais e propriedade. Num contexto em que plataformas digitais de grandes ou imensas empresas são utilizadas como meios para a produção social da vida de camadas cada vez maiores da classe trabalhadora, Cueva nos recorda de algo central: “a tese marxista básica de que a estrutura de classes é gerada a partir da propriedade e não do controle técnico dos meios de produção” (p. 134). Neste sentido, e conforme detalha em seguida, “o grau de *domínio* técnico do trabalhador direto sobre o processo de trabalho não implica, por si só, qualquer grau de propriedade ou posse” (p. 134). Ou seja, o domínio técnico de um/a trabalhador/a sobre o uso de determinado aplicativo utilizado como meio para produzir determinado serviço em nada implica a propriedade sobre o mesmo. Exemplo talvez evidente, mas que a elaboração teórica de Cueva nos ajuda a compreender, recordando-nos da centralidade da “contradição entre um processo de socialização cada vez maior das forças produtivas e um processo de apropriação (propriedade) privada não menor dos meios de produção, incluindo as ‘potências espirituais’” (p. 121).

Do terceiro capítulo gostaria de destacar uma passagem que, em minha leitura, é essencial para combater modas acadêmicas que de quando em quando perpassam nosso debate político-intelectual, muitas vezes com implicações para a militância socialista e comunista. Trata-se do momento em que Cueva analisa a ciência social burguesa, em sua capacidade potencial de descrever objetivamente a realidade, inclusive em seu aspecto de aplicabilidade prática, mas que, contudo, “é constituída pela impossibilidade de revelar o caráter classista das sociedades de classe que estuda, limite que impõe uma série de *distorções e justificativas* no funcionamento global da teoria, truncando e redefinindo, assim, conhecimentos parciais que tais ciências podem chegar a produzir” (p. 156). Neste sentido, Cueva nos indica (p. 157):

Já que a burguesia é a classe proprietária dos meios de produção, seu interesse material fundamental consiste na conservação destes e, como consequência, seu interesse ideológico se concentra na negação de que o núcleo estruturador de toda formação social está na distribuição dos

fatores de produção em termos de propriedade. Daí que nenhuma economia, sociologia ou ciência política burguesa tem a capacidade de esclarecer este fato, demonstrar que é aí onde está a origem material das classes sociais e que estas, ao se organizarem em torno da divisão da sociedade em proprietários e não proprietários dos meios de produção, são entidades antagônicas cujo conflito permeia todos os níveis do corpo social.

Para além desse limite, e este é o ponto que gostaria de destacar ainda mais, “a ciência social burguesa pode apresentar diversas tendências e nuances: seu denominador comum não é dado pela repetição de um discurso literal ou idêntico argumentativamente, mas sim pela não transgressão da fronteira indicada” (p. 158). De modo que qualquer moda acadêmica que não ultrapasse aquela fronteira pode aparecer como um novo campo de estudo, com seus novos conceitos, seus novos pontos de vista, suas novas matrizes de referências e seus novos nichos acadêmicos. Como o próprio Cueva dirá com ironia já no sexto capítulo, em torno da discussão sobre democracia, hegemonia e sistema imperialista: “sempre é mais elegante resenhar o último livro europeu do que explorar a fundo a nossa realidade ou resgatar o imenso acervo revolucionário acumulado pelos movimentos de libertação do terceiro mundo” (p. 230).

No quarto capítulo, a partir de um diálogo com outros autores, Cueva elabora uma leitura própria em relação ao lugar teórico da categoria de “alienação” na obra de Marx. Sem entrar em seu posicionamento específico em relação a esse tema, gostaria de retomar aqui uma consideração indireta que ele faz ao final do capítulo sobre os critérios de balanço dos processos revolucionários e de edificação do socialismo. Criticando critérios que tendem a ser genéricos e abstratos, elaborados a partir de uma idealização do socialismo, Cueva argumenta que seria “mais proveitoso avaliar os grandes triunfos que esses países [Cuba, Vietnã, Coréia e URSS] e outros do campo socialista conseguiram em todas as ordens, apontar os erros onde houverem e sugerir soluções, mas sempre dentro de um horizonte de possibilidades e metas historicamente determinadas” (p. 189). Argumento este essencial para balizar toda e qualquer

avaliação atual das experiências existentes de construção do socialismo no mundo e daquelas que, a depender da luta de classes, teremos no porvir.

Dentre os trechos do quinto capítulo que me parecem pertinentes destacar aqui por sua atualidade está a afirmação de que, “ao contrário do que o pensamento idealista postula, não é a cultura que confere sentido à sociedade, mas é esta, através de suas estruturas e processos, que confere sentido à cultura; em outras palavras, a *determina*” (p. 193). E “se a negação da existência das culturas de classe conduz inexoravelmente a um desvio de direita, a posição contrária, de reduzir toda a cultura a termos de classe, conduz a um erro de ultraesquerda” (p. 200). Nesta mesma linha, e trazendo o debate da cultura para o âmbito da questão nacional, diz Cueva: “o problema da nação e da cultura nacional não pode ser estudado, portanto, à margem da estrutura e da história das formações econômico-sociais” (p. 208). Considerações estas que me parecem essenciais num contexto em que, como no Brasil atual, a bandeira nacional escancara sua vinculação com as classes dominantes e com um projeto que, em nome da “ordem e progresso”, aprofunda ainda mais a exploração e a opressão da classe trabalhadora por parte da burguesia, utilizando-se de um nacionalismo chauvinista, que podemos encontrar em casas e condomínios de luxo que estampam a bandeira do Brasil, aludindo à defesa, não da nação, mas do governo militar, anti-povo e vende-pátrias representado por Bolsonaro, Mourão, Guedes, Damares e cia. (e CIA). Neste sentido, na América Latina, e portanto também no Brasil – país que, à diferença de Cueva, considero subimperialista –, “o nacionalismo consequente tem um conteúdo anti-imperialista, uma vez que é imbricado com as lutas socialistas, na medida em que nossa opressão nacional é precisamente produto da inserção da América Latina no sistema capitalista” (p. 215).

No capítulo seis, em discussão com uma leitura particular de Gramsci – uma leitura que “tende a separar o momento ideológico-cultural da dominação de classe da própria dominação” –, Cueva recorda que o próprio Gramsci “nunca renegou o leninismo e nem esqueceu que há um momento *militar* (técnico-militar e político-militar, segundo suas palavras)

da luta de classes, que não pode ser substituído pelo combate ideológico solitário” (p. 218 e 220). Ensino ainda pertinente e necessário, e que remete àquela discussão sobre a democracia e sua imprescindível adjetivação, sobretudo se consideramos que vivemos o período histórico de derrota da estratégia predominante no campo da esquerda após o fim da ditadura militar – a estratégia democrático-popular⁴ – de cujo um dos pilares foi precisamente o “aprofundamento da democracia”, sem avançar o suficiente na disputa política em torno do sentido histórico dessa democracia em termos de quem detém o poder e como o exerce. Conforme reitera Cueva: “a democracia não é uma casca vazia, mas sim uma forma que vale em função de determinados conteúdos” (p. 232). Percepção essencial para um período histórico como o atual, em que é preciso defender a democracia contra as constantes ameaças de golpe, mas que também é preciso qualificar esta democracia, para não ficarmos a reboque de um projeto histórico contrário aos interesses da classe trabalhadora em toda sua diversidade e concretude.

Pois bem, até aqui apenas pincei algumas passagens que, como indicado, considero pertinentes para a realidade brasileira atual. Acredito que cada leitura particular poderá encontrar outras passagens também neste sentido, além de situá-las no contexto e no encadeamento mais amplo dos argumentos do livro. Poderá também, desde logo, encontrar passagens a serem criticadas, superadas, complementadas. Ou seja, cada leitura poderá colocar o “livro para ranger”, extraindo dele o sumo para possíveis respostas às perguntas que cada quem faz ao ler.

Para finalizar, gostaria de comentar um pouco mais detidamente um conteúdo específico do último capítulo que, arrisco dizer, vai para além de uma leitura individual: a periodização da história do marxismo na América Latina.

Não me parece exagerado considerar que muitas pessoas brasileiras que em determinado momento se interessaram pela história do marxismo

⁴ Sobre a estratégia democrático-popular, ver o livro organizado por Mauro Iasi, Isabel Mansur Figueiredo e Victor Neves: *A estratégia democrático-popular: um inventário crítico* (2019).

na América Latina – e provavelmente quem está lendo este Prefácio também tem certo interesse nessa história – tiveram contato inicial com o tema a partir do ensaio de Michael Löwy titulado “Introdução. Pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina”, texto este que abre seu importantíssimo trabalho sobre *O marxismo na América Latina. Uma antologia desde 1909 aos dias atuais*⁵. Neste texto, vale lembrar, Löwy faz uma periodização da história do marxismo na América Latina, dividindo-a em três momentos (2006, p. 09-10):

Muito esquematicamente, podemos distinguir três períodos na história do marxismo latino-americano: 1) um período revolucionário, dos anos 20 até meados dos anos 30, cuja expressão teórica mais profunda é a obra de Mariátegui e cuja manifestação prática mais importante foi a insurreição salvadorenha de 1932. Nesse período, os marxistas tendiam a caracterizar a revolução latino-americana como, simultaneamente, socialista, democrática e anti-imperialista; 2) o período stalinista, de meados da década de 1930 até 1959, durante o qual a interpretação soviética de marxismo foi hegemônica, e por conseguinte a teoria de revolução por etapas, de Stalin, definindo a etapa presente na América Latina como nacional-democrática; e) o novo período revolucionário, após a Revolução Cubana, que vê a ascensão (ou consolidação) de correntes radicais, cujos pontos de referência comuns são a natureza socialista da revolução e a legitimidade, em certas situações, da luta armada, e cuja inspiração e símbolo, em grau elevado, foi Ernesto Che Guevara.

Frente a esta leitura sobre a história do marxismo na América Latina, Cueva elabora uma dura crítica e se posiciona afirmando que seria absurda a ideia de uma dependência absoluta dos partidos comunistas latino-americanos em relação à Internacional Comunista, ideia presente na periodização do Löwy. De acordo com Cueva, aquele período de 1930 a 1959 na verdade deveria ser lido como um período de fundação de uma visão marxista sobre a América Latina. Diz ele: “É justamente a partir dos anos 30 que toma corpo um movimento intelectual inspirado no marxismo, que de tanto vigor e envergadura poderia ser considerado como

⁵ A primeira edição em castelhano, publicada no México, é de 1980; a primeira edição no Brasil é 1999, sendo que a segunda edição, de 2006, foi ampliada.

o fundamento de toda a cultura moderna da América Latina” (p. 240). E após citar uma série de referências centrais da cultura latino-americana em diferentes áreas, Cueva ainda diz:

Convém destacar que através dessa plêiade de criadores o marxismo se funde indissolivelmente com o nacional e o popular na medida em que: (a) se recuperam as raízes populares subjacentes em grupos étnicos oprimidos: índios, negros, mulatos, mestiços, etc.; (b) se reinterpreta nossa história e nossas tradições; (c) se cria, a partir do elemento anterior, um novo repertório simbólico e até uma nova linguagem; e isso (d) sem cair no folclorismo e alocando essas imagens e representações na perspectiva de construção de uma cultura nacional até então inexistente, ou pelo menos atrofiada pelo caráter estamental da sociedade oligárquica e pela dominação imperial; e (e) destacando as múltiplas tensões e contradições, inclusive de classe, que cercam a vida de nossas nações.

Ao participar decisivamente na conformação dessa visão de mundo, o marxismo adquire carta de cidadania latino-americana uma vez que esta região se “marxifica”. Mais adiante, será o continente mais impregnado do marxismo: ninguém pode traçar a história contemporânea de suas atividades vitais deixando de fora esse ingrediente que encontramos não apenas na política, mas também na literatura, nas artes plásticas, na música neofolclórica ou na canção-protesto, nas ciências sociais ou na própria teologia.

Sem diminuir em nada a relevância do trabalho de Löwy, destaco essa outra leitura proposta por Cueva pois me parece que, além de oferecer uma nova chave de compreensão da história do marxismo em *Nuestra América*, também permite entender melhor alguns aspectos da nossa história político-intelectual do pré-golpe de 1964⁶. E também contribui para o entendimento da atualidade brasileira, considerando que a tradição marxista continua sendo presente em nosso país, em parte por seu enraizamento naquele período descrito por Cueva e, certamente, também pelas inúmeras lutas que, reivindicando essa tradição, seguiram se

⁶ Penso aqui, como mero exemplo, na influência direta e indireta do marxismo – seja assimilando-o, seja se contrapondo ao mesmo – nas obras e autores que formaram o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (1955-1964).

travando desde então com vistas a superar as contradições do desenvolvimento capitalista no Brasil. Afinal, como diria Mariátegui, autor de quem Cueva é um grande legatário: “enquanto o capitalismo não tiver sido destruído definitivamente, o cânone de Marx segue sendo válido” (1988 [1929], p. 40-41).

Para oferecer uma introdução a esse cânone; para apresentar ferramentas teóricas que nos façam caminhar além da ira e da esperança; para conseguirmos entender o desenvolvimento do capitalismo em cada um de nossos países e na região como um todo; para que possamos, em nossa *práxis* cotidiana, articular teoria e política na especificidade de nosso território; e para que consigamos superar os tempos conservadores que nos toca viver: para tudo isso Agustín Cueva nos deixou uma obra imprescindível, da qual este livro é parte fundamental. Boa leitura!

REFERÊNCIAS

- Báez, René. (2016). Vida y obra de Agustín Cueva. *REBELA-Revista Brasileira de Estudos Latino-americanos*, Florianópolis, vol. 6, n. 2, 236-282.
- Báez, René (2016) – primeiro editor de Agustín Cueva: entrevista a René Báez, por Elaine Tavares. YouTube, 09 de maio de 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=55ByHcVJ-hM>>. Acesso em: 16 de outubro de 2021.
- Cueva, Agustín. (1974). La concepción marxista de las clases sociales. *Debate & Crítica*, São Paulo, n. 3, 1974.
- Cueva, Agustín. (1983). *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. Tradução de Carlos A. Machado. São Paulo: Global.
- Cueva, Agustín. (1988b). La cuestión democrática en América Latina: algunos temas y problemas. *Estudios Avanzados*, São Paulo, vol. 2, n. 1, 41-77.
- Cueva, Agustín, (org.). (1989). *Tempos conservadores: a direitização no Ocidente e na América Latina*. Tradução de Fátima Murad. São Paulo: Hucitec.
- Cueva, Agustín (1997). A concepção marxista das classes sociais. Tradução de Hermann

- Iark Oberdiek e Nelson Dácio Tomazi. *Mediações*, Londrina, vol. 2, n. 2, 69-79.
- Cueva, Agustín. (2017). *O processo de dominação política no Equador*. Tradução de Fernando Correa Prado. 2 ed. Florianópolis: IELA/Insular, 2017.
- Cueva, Agustín. (2019). O desenvolvimento do capitalismo na América Latina e a questão do Estado. Tradução de Fernando Savella. *LavraPalavra*, 2019. Disponível em: <<https://lavrpalavra.com/2019/02/21/o-desenvolvimento-do-capitalismo-na-america-latina-e-a-questao-do-estado/>>. Acesso em: 16 de outubro de 2021.
- Cueva, Agustín. (2019). O fetichismo da “hegemonia”. Tradução de Fernando Savella. *LavraPalavra*, 2019. Disponível em: <<https://lavrpalavra.com/2019/04/24/o-fetichismo-da-hegemonia/>>. Acesso em: 16 de outubro de 2021.
- Cueva, Agustín. (2019). O caso do movimento indígena no Equador. Tradução de Andrey Santiago. *TraduAgindo*, 2019. Disponível em: <<https://traduagindo.com/2019/10/13/o-caso-do-movimentto-indigena-no-equador-por-agustin-cueva/>>. Acesso em: 16 de outubro de 2021.
- Cueva, Agustín. (2020). A política econômica do fascismo. Tradução de Fernando Savella. *LavraPalavra*, 2020. Disponível em: <<https://lavrpalavra.com/2020/04/30/a-politica-economi-ca-do-fascismo/>>. Acesso em: 16 de outubro de 2021.
- Cueva, Agustín. (2020). A questão do fascismo. Tradução de Fernando Savella. *LavraPalavra*, 2020. Disponível em: <<https://lavrpalavra.com/2020/07/02/a-questao-do-fascismo/>>. Acesso em: 16 de outubro de 2021.
- Cueva, Agustín. (2021). O marxismo latino-americano: história e problemas atuais. Tradução de Lorena Duailibe. *LavraPalavra*, 2020. Disponível em: <<https://lavrpalavra.com/2020/08/21/o-marxismo-latinoamericano-historia-e-problemas-atuais/>>. Acesso em: 16 de outubro de 2021.
- Cueva, Agustín. (2021). *A teoria marxista: categorias de base e problemas atuais*. São Paulo: LavraPalavra, 2021.
- Iasi, Mauro Luis; Figueiredo, Isabel Mansur; Neves, Victor. (2019). *A estratégia democrático-popular: um inventário crítico*. Marília: Lutas Anticapital.
- Löwy, Michael (org.). (2006). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. 2 ed. ampliada. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Manoel, Jones. (2021). Agustín Cueva e o fetiche da hegemonia. YouTube, Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pEJPKZF_n7g>. Acesso em: 21 de outubro de 2021.

Mariátegui, José Carlos. (1988). *Defensa del marxismo*. Lima: Editora Amauta.

Matheus, Allefy; Cavalheiro, Poliana; Fernandes, Luis. (2020). Resgatando os clássicos: *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*, de Agustín Cueva. YouTube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6fEKvuold8M>>. Acesso em: 21 de outubro de 2021.

O marxismo de Agustín Cueva. Entrevistados: Allefy Matheus e Fernando Savella.

Entrevistador: Diego Miranda. *Revolushow*, 22 de outubro de 2021. Podcast. Disponível em: <<https://revolushow.com/130-o-marxismo-de-agustin-cueva/>>. Acesso em 29 de outubro de 2021.

Ouriques, Nildo. (2021). Pensadores da Pátria Grande: Agustín Cueva. YouTube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=k9y7Y6fnnVA&t=1s>>. Acesso em: 21 de outubro de 2021.

Tercermundización del marxismo

La presencia de Althusser en la obra de Agustín Cueva

David Chávez*

En su “Nota biográfica” incluida en la edición de 1996 de *Pour Marx*, Balibar (2018b:312) afirma que el libro de Marta Harnecker *Conceptos elementales del materialismo histórico*, que contenía una presentación de Althusser, alcanzó a vender un millón de ejemplares en América Latina. Hasta 2002 este libro, publicado por Siglo XXI, contaba con 63 ediciones (Harnecker, Marta, 2002). Este hecho habla de todo un fenómeno, la enorme aceptación y difusión del pensamiento de Althusser en nuestro continente. Pero, las valoraciones sobre su influencia, una vez superado el cerco de silencio que dominó las últimas décadas, son disímiles e incluso antagónicas. Estudios recientes sobre su periplo en América Latina ponen de manifiesto un desacuerdo teórico sumamente llamativo. Para unos Althusser tuvo éxito dado que permitía dotar de un soporte teórico sólido a la acción política de la insurgencia armada, constituyendo una especie de teoría marxista del voluntarismo revolucionario, la conocida evaluación que hace Aricó hace parte de esta tendencia interpretativa.

* Invitado por el Grupo de Trabajo CLACSO Herencias y perspectivas del marxismo. Profesor de Sociología en Ecuador.

Para otros, tuvo lugar un rechazo a su obra en la región puesto que la excesiva rigidez de su estructuralismo arrojaba como resultado un sujeto incapaz de actuar sobre las estructuras sociales (Rodríguez Arriagada, Marcelo y Starcenbaum, Marcelo, 2017, p.11–14).

La recepción de Althusser en el marxismo ecuatoriano no ha sido estudiada suficientemente. En las investigaciones más destacadas sobre Agustín Cueva se señala que su recurso a conceptos tales como modo de producción y formación social, autonomía relativa de lo político-ideológico o la defensa de la “ruptura epistemológica” de Marx en sus críticas al concepto de enajenación, serían muestras notables de la influencia de Althusser en su trabajo reflexivo (Moreano, Alejandro, 2008; Tzeiman, Andrés, 2017; Quevedo Ramírez, Tomás 2022). Sin embargo, estas consideraciones tienen más el carácter de constataciones evidentes, presupuestos conceptuales si se quiere, que de exploraciones sistemáticas capaces de precisar el carácter del vínculo teórico entre Cueva y Althusser.

En principio, se puede afirmar que la obra de Cueva pertenece indudablemente al significativo movimiento intelectual latinoamericano que entabló un debate con el marxismo althusseriano. Es más difícil ubicarlo en una de las dos tendencias de recepción advertidas por Rodríguez Arriagada y Starcenbaum, puesto que bien se podría afirmar que Cueva asume las tesis de Althusser porque precisamente hacen posible explicar las estructuras sociales del contexto latinoamericano, pero, al mismo tiempo, porque apuntalan la acción revolucionaria de corte leninista a la que adscribe. En este sentido, la aproximación al pensamiento de Cueva puede contribuir a dar respuesta a esta pregunta: ¿cómo explicar la significativa influencia de Althusser en América Latina y las interpretaciones contradictorias que se hacen sobre ella?

El argumento de este artículo dirige su atención a la noción de “tercermundización”, entendida como un ejercicio teórico que desplaza la atención hacia las particularidades de los capitalismo periféricos y devuelve una generalización teórica renovada para la explicación marxista del capitalismo mundial en su conjunto. Por lo tanto, la cercanía de Cueva y Althusser, más allá de las obvias asimetrías, se explicaría por su

convergencia en la tendencia global de tercermundización del marxismo ocurrida en los años sesenta y setenta. La discusión propuesta se enfoca principalmente en el plano teórico y se concentra en la eventual presencia de la noción althusseriana de *estructura* en la conceptualización de modo de producción y formación social de Cueva.

Sobre la noción de *tercermundización*

Pensar en el vínculo teórico existente entre Cueva y Althusser evoca inevitablemente el problema de la dependencia o neocolonialidad en las prácticas intelectuales. La idea de una asimetría sustentada en una especie de ‘dominación geográfica’ se impone de modo incontestable. Roberto Schwarz (2014), en los setenta, examinó la dependencia intelectual con la tesis de “las ideas fuera de lugar”, la que sostiene la existencia de una tensión entre las formas culturales europeas y la materia cultural local que obliga a una adecuación de las primeras. En un sentido similar, Bourdieu (2002:82) habla de una “doble dependencia” de los intelectuales de sociedades coloniales, que los subordina tanto al campo político local como al campo intelectual metropolitano. Con mucho menor rigor, y escribiendo siempre en inglés en primer lugar como acostumbran los autores decoloniales, Mignolo ve solo dominación e imposición colonial en todo el pensamiento europeo, incluyendo, por supuesto, al marxismo (Mignolo, Walter, 2007, pp. 105–6). Fernanda Beigel, por su parte, relativiza estas posiciones advirtiendo que hay matices, no existe ni una total subordinación, ni un endemismo “radical”, sino una variación heterogénea entre ambos extremos (Beigel, Fernanda 2014, 2016, 2017; Beigel, Fernanda y Sabea, Hanan, 2014).

En lo concerniente a la recepción del marxismo en América Latina esta problemática ha tenido en la propuesta de la “singularización nacional” que Aricó desarrolla al analizar la obra de Mariátegui su teoría más influyente (Aricó 1980:XL–LVI). Se trata de un proceso que adapta el marxismo a las situaciones nacionales y, con ello, amplía las capacidades heurísticas de la teoría marxista en general. Entre los autores que desarrollan la interpretación de Aricó está Horacio Tarcus (2013: 37, 69, 81),

quien discute el vínculo entre teoría y singularidad histórica en el marco general de la “circulación transnacional de las ideas”. En su opinión, el objetivo de esta perspectiva no es determinar el grado de ‘corrección’ en una u otra lectura del marxismo, sino sus especificidades históricas, la cuestión de la *adaptación o reapropiación*. Löwy (1982) piensa que esa específica práctica de singularización es la que ha producido lo que llama “marxismo creativo”. También Martín Cortés (2013) sigue la trayectoria interpretativa abierta por esta tesis para aplicarla al propio Aricó llegando a señalar que en su trabajo ese proceso se expresa en la experiencia de la “traducción”.

No obstante, es posible considerar una alternativa interpretativa pertinente tanto para el marxismo latinoamericano, como para los marxismos periféricos en general. Un ejercicio de doble generalización, más que de nacionalización, que produce un registro teórico que puede extenderse a todo el capitalismo periférico o subdesarrollado, pero, también al propio capitalismo desarrollado. El análisis específico de las contradicciones del primero puede contribuir a modificar la propia comprensión del segundo. Cueva observa este proceso en el modo en que el Che desarrolla su antiimperialismo, enriqueciéndose con una perspectiva más amplia que incluye la situación del mundo subdesarrollado en general, con ello habría tenido lugar una “tercermundización” del marxismo latinoamericano. El “Tercer Mundo” se constituye en ese período, piensa Cueva, como el ámbito geográfico de realización del sentido de universalidad de la historia, la revolución cubana sería la expresión de esta circunstancia en América Latina (Cueva, Agustín, 1987b, pp.174–75). En consecuencia, la tercermundización implica la adaptación de los fundamentos teóricos del marxismo a situaciones concretas periféricas que al tiempo que verifican la validez de esos fundamentos, amplían su capacidad interpretativa en tres planos de análisis: a) las formaciones sociales subordinadas, b) las formaciones capitalistas imperialistas o dominantes, y c) el sistema capitalista mundial como tal.

Las trayectorias específicas de la tercermundización son múltiples y requieren un examen más exhaustivo. Pero, se pueden señalar algunos indicios generales en el propio Marx y su aproximación a las situaciones

coloniales. Aunque, los casos más ilustrativos son los de los marxismos periféricos del siglo XX que emergieron luego de la derrota de la revolución socialista en Europa occidental (Lenin, Mao, el Che, Ho-Chi-Min, etc.). En el caso de América Latina, sin duda es el caso de Mariátegui si se piensa en su extendida influencia para explicar el carácter de las formaciones capitalistas de toda la región. Es algo más brumosa la contraparte de la tercermundización que implicaría la influencia del mundo periférico en los marxismos del capitalismo central. Tal vez en las formulaciones de Gramsci sobre la “cuestión meridional” o en las de Luxemburg a propósito de la acumulación capitalista a escala mundial se puedan hallar algunos ejemplos. Sin embargo, existen indicios consistentes para incluir en esta trayectoria a Althusser.

Por lo tanto, la influencia ejercida por el pensamiento de Althusser en la obra de Agustín Cueva puede interpretarse desde la perspectiva de la tercermundización de la teoría marxista. Se puede hablar de una convergencia teórica por esa vía. Más que la influencia dependiente o vertical de un marxista eurocéntrico sobre otro colonizado, la adhesión profunda de Cueva a las tesis althusserianas, al igual que gran parte de sus contemporáneos, parece deberse a que Althusser llevó a cabo un desplazamiento “tercermundista” en su intento por renovar la teoría marxista. Su extendida difusión en América Latina podría analizarse como un efecto de la tercermundización del marxismo que llevó a cabo en el seno de la teoría europea.

La “*coupure* althusseriana” de Cueva

La teoría de Althusser se volvió moneda común en las ciencias sociales latinoamericanas de los años setenta, esto podría explicar el hecho de que Cueva trabaje con esa teoría, aunque casi no haga referencias específicas a ella. Esto dificulta rastrear de modo preciso la aparición y la trayectoria de esa corriente en el desarrollo de su pensamiento.¹ Sin em-

¹ Salvo en el caso de *La teoría marxista. Categorías de base y problemas actuales* (1987b), libro en el que las referencias son explícitas, aunque no siempre.

bargo, es posible hacer ciertas aproximaciones precisamente siguiendo el rastro de esas referencias implícitas.

Cueva lleva a cabo estudios en la École des Hautes Études Sociales de París entre 1960 y 1963, como lo apunta Tzeiman, el propio Cueva reconocía como sus referentes académicos y lecturas en su paso por Francia fueron el joven Lukács, Sartre, Levi-Strauss, Barthes e inclusive Raymond Aron (Cueva, Agustín, 1993, p.152; Tzeiman, Andrés, 2017, pp.19–21). Por supuesto, la ausencia de Althusser no es una sorpresa, este autor solo alcanzará notoriedad después de la publicación de *Pour Marx* en 1965. Es decir, todo indica que la influencia de Althusser no proviene de su paso por Francia.

Algunos años después de su regreso a Ecuador Cueva publica *Entre la ira y la esperanza* (1967) y *El proceso de dominación política en Ecuador* (1981), textos en los que su adscripción teórica al marxismo es indiscutible. Su referente analítico principal, al menos en su conocido ensayo sobre el velasquismo, parece ser el *Dieciocho Brumario de Luis Bonaparte* complementado con ciertas consideraciones de tipo weberiano en relación con la noción de carisma, aunque, en ningún caso se citan explícitamente estas fuentes. De cualquier manera, en ninguno de estos libros es visible la presencia del *corpus* althusseriano.

Será en su ensayo más conocido e influyente, *El desarrollo del capitalismo en América Latina*, en el que aparece con mayor evidencia el marxismo althusseriano. Y es que Cueva parece llevar a cabo en ese texto su propia “*coupure épistémologique*”, una concepción más sofisticada del marxismo se vislumbra en su realización, una forma más precisa de comprender la estructura y la acción de clase que, derivada de la teoría althusseriana, expande sus posibilidades explicativas.

De acuerdo con Alejandro Moreano, este momento en la obra de Cueva corresponde al “desplazamiento epistemológico de la teoría de la dependencia a la teoría de los modos de producción y las formaciones económico sociales que las tesis althusserianas y de los comunistas italianos –Della Volpe, Luporini– habían gestado en el pensamiento social

latinoamericano” (Moreano, Alejandro, 2008, p. 15). Sin duda, este será el fundamento que soporta toda su obra posterior. A fin de obtener un contraste preciso entre esta reformulación conceptual en Cueva y la teoría de Althusser, se puede tomar el esquema propuesto por Balibar (2018^a, pp.13–19) para esta última que la ordena en tres constelaciones conceptuales o conjuntos interdependientes de nociones y cuestiones:

1. «*Ruptura epistemológica*». A esta pertenecen nociones como práctica teórica, científicidad y problemática, que se sustentan en la idea de que en *El capital* se encuentra el “núcleo de científicidad” de la teoría de Marx que no está exactamente formulada.
2. *Estructura*. Definida como la unidad de la multiplicidad de prácticas que actúan unas sobre otras bajo la forma de la *sobredeterminación*. Este agrupamiento conceptual permite ir más allá de la disputa holismo-individualismo y, en el campo histórico, evidencia una tensión no resuelta del todo entre acontecimiento y tendencia.
3. *Ideología*. Entendida como la experiencia imaginaria de los individuos con sus condiciones de existencia. Esto puede contradecir las nociones de Marx (sin mencionar a Engels) acerca de la ideología, a pesar de que Althusser cree que es el único modo de entender el concepto en coherencia con la teorización marxista de “relación social”.

La aproximación de Cueva a la cuestión de la “ruptura epistemológica” se encuentra en *La teoría marxista. Categorías de base y problemas actuales* (1987b), en el que –además– se hacen referencias explícitas a Althusser (Quevedo, Tomás, 2022). Esta alusión directa es visible en sus ensayos sobre ciencia social, ideología y enajenación. Por otra parte, su tratamiento de lo ideológico tiene algunos puntos de contacto con la tesis de Althusser en sus ensayos sobre cuestiones como la nación, hegemonía y el marxismo latinoamericano. En *Lecturas y rupturas* (1986) y *Literatura y conciencia histórica en América Latina* (1993) pueden explorarse esos vínculos con la constelación conceptual “ideología” de Althusser, aunque en este caso quizá Cueva esté más cerca de las señales

puntuales, y a veces crípticas, que los clásicos del marxismo dejaron sobre el tema.

Pero, en *La teoría marxista* existe un conjunto de ensayos que resulta más vinculado con el conjunto problemático que gira alrededor de la noción de “estructura” en Althusser. En estos la problemática central tiene que ver con los conceptos de modo de producción, formación socioeconómica y clase social. La exposición que hace Cueva de los elementos fundamentales de la concepción marxista guarda un gran paralelismo con la explicación que se puede encontrar en Althusser (2011) y Balibar (2014), con este último establece un debate acerca de los conceptos de propiedad y apropiación (Cueva, Agustín, 1987b, pp. 54–62). En cierto modo, la exposición de Cueva en ese grupo de ensayos se asemeja a una síntesis explícita del sistema teórico con el que venía analizado la realidad latinoamericana.

Existe además un acuerdo metodológico en la concepción del marxismo de Cueva y Althusser. Ambos consideran que las cuestiones de método planteadas por Marx se sintetizan, no siempre de modo completo, en la *Contribución a la crítica de la economía política* de 1859 y en la “Introducción” a los *Grundrisse* de 1957. Esos textos componen, por lo demás, la base elemental del carácter científico del marxismo.² De ahí extraen el soporte metodológico para el tratamiento del concepto de modo de producción. Althusser fundamenta en esas notas metodológicas de Marx la noción de “todo complejo estructurado”, la diferencia entre “objeto de conocimiento” y “objeto real”, la distinción entre orden lógico e histórico o los diferentes niveles de “generalidad científica” (Althusser, Louis, 2014, pp. 40–44, 48, 58–61, 2018, pp.216–19, 230–33, 242–43); Cueva toma de la “Introducción” de 1857 un esquema que será fundamental para sus consideraciones sobre la estructura entendida en la complejidad del vínculo teórico entre modo de producción y formación social, se trata del “silogismo de la existencia” hegeliano que Marx aplica a la base

² Esta es –además– una coincidencia con la tesis de Michael Burawoy acerca de que el “núcleo duro” del programa de investigación científica del marxismo está contenido en la *Contribución* (Burawoy 1990:779–81).

económica: universalidad-particularidad-singularidad (Cueva, Agustín, 1987b, pp. 8, 10–12, 2012, pp.104 y 136).

En definitiva, a lo largo de la obra de Cueva, en especial desde *El desarrollo del capitalismo en América Latina*, es posible hallar una proximidad entre sus planteamientos y las constelaciones conceptuales de Althusser. Pero, más allá de las consideraciones sobre la “ruptura epistemológica” y la “ideología”, es el complejo teórico organizado en relación con la “estructura” el que podría revestir mayor importancia dada la centralidad que adquiere en la que Tzeiman define como “latinoamericanización” del pensamiento de Cueva, la cual puede verse en su comprensión del capitalismo y los Estados latinoamericanos (Tzeiman, Andrés, 2017, pp.77–78).

El concepto de estructura en Althusser: ¿un ejercicio de tercermundización?

La “lectura sintomática” de *El capital* propuesta por Althusser le permite observar el carácter del descubrimiento realizado por Marx, algo que puede definirse como un concepto o principio ausente, que no es del todo visible en la obra de Marx, se trata de lo que define como la “eficacia de una estructura sobre sus elementos” (Althusser, Louis, et al. 2014, pp.24–25 y 79). En definitiva, la revolución teórica de Marx consiste en el descubrimiento de este particular modo de concebir la estructura social. Pero, al no estar formulado del todo, la tarea científica y filosófica del marxismo consistiría en volver evidente ese principio.

Althusser insiste en que ese desarrollo teórico del marxismo tiene dos fuentes: la práctica teórica de Marx y los otros clásicos, así como la práctica política del movimiento obrero mundial. La revisión de Marx llega hasta esa formulación sintomática, la elaboración teórica efectuada por Althusser para hacer explícita la noción de estructura proviene de la práctica política y teórica de los movimientos revolucionarios del capitalismo periférico principalmente. Siguiendo la que para él constituye una ruptura radical de Marx con Hegel señala como el elemento central

de la estructura a la noción de contradicción, pero lo que le permite precisar esa ruptura no es la discusión filosófica de la tradición marxista europea, sino la obra de Lenin y Mao. En primer lugar, considera que un ejemplo esclarecedor para la explicación del concepto de contradicción marxista es la tesis leninista del “eslabón más débil”. La paradoja de la Revolución rusa: una revolución socialista en el país más atrasado de Europa que, según Lenin, se explica por “la acumulación y exasperación de todas las contradicciones históricas posibles en un solo Estado” (Althusser, Louis 2018, p.114). Esto implica que la contradicción general por sí sola no puede provocar una situación revolucionaria, menos aún el triunfo, sino que ocurre una ‘unidad de ruptura’ que agrupa a distintas contradicciones y determinaciones, ellas no son un simple fenómeno de la contradicción general (Althusser, Louis, 2018, pp. 113–19). En consecuencia, la estructura o totalidad en términos marxistas es un conjunto múltiple de contradicciones relacionadas entre sí, no son reductibles a una sola. En segundo lugar, la concepción marxista de contradicción le otorga cierta especificidad, para comprenderla Althusser recurre a las tesis de Mao como punto de partida: a) distinción entre contradicción principal y contradicciones secundarias, b) distinción entre aspectos principal y secundario de la contradicción, y c) desarrollo desigual de la contradicción (Althusser, Louis, 2018, p.225). La “ley” del desarrollo desigual de las contradicciones permite plantear que para el marxismo el *todo complejo estructurado* (la ‘totalidad’) “posee la unidad de una estructura articulada dominante” (2018, pp. 239), la cual define las relaciones de dominación entre contradicciones y entre sus elementos (2018, pp. 237–39).

De ahí deriva Althusser el célebre concepto de “sobredeterminación”. Para el marxismo, las contradicciones “secundarias” no se entienden como fenómenos o manifestaciones de la contradicción “principal”, esta no es una esencia que puede existir más allá de aquellas, las contradicciones secundarias son la condición de su existencia. Así, las relaciones sociales de producción no son un epifenómeno de las fuerzas productivas, o la superestructura de la estructura (2018, pp.242–43). Si bien la contradicción principal es “determinante en última instancia”, ella no puede cumplir esa función sin traducirse a las contradicciones

concretas que le otorgan existencia social. La articulación de ellas no es fija, están sometidas a variaciones, desplazamientos, condensaciones y mutaciones, etc., a pesar de que responde a una estructura general invariable (2018, p.251). En un lenguaje que recuerda al que años más tarde utilizará Bourdieu, Althusser afirma el carácter determinante y determinado que la “contradicción principal” asume en relación con las condiciones formales de su existencia (2018, p.121).

Estas consideraciones abstractas referidas a las formaciones sociales capitalistas implican la acumulación de determinaciones eficaces de las superestructuras o la situación nacional o internacional, sobre la determinación en última instancia de la economía (2018, p.134). Por lo tanto, la contradicción principal es irreductible, “la contradicción Capital-Trabajo no es nunca simple, sino está siempre especificada por las formas y las circunstancias históricas concretas en las que ella se ejerce” (2018, p.126)

En definitiva, la contradicción capital-trabajo no existe depurada en ningún contexto, su existencia social está configurada por las otras contradicciones y condiciones concretas en las que se despliega (superestructura, situación histórica, pasado nacional, tradiciones, contexto mundial, etc.), configura así una “complejidad estructurada” (2018, p.247). Las relaciones entre todas estas instancias tampoco son fijas, muestran una enorme multiplicidad histórica. La determinación en última instancia no puede confundirse con la contradicción dominante, la cual varía notablemente en la medida en que condensa el conjunto de contradicciones de una formación social y unas condiciones históricas determinadas.

Esta formulación es el resultado de la atención que Althusser presta a la práctica política del movimiento revolucionario en el capitalismo periférico, muy especialmente al leninismo, y su forma de entender las peculiaridades de sus configuraciones sociales e históricas concretas como formas excéntricas del capitalismo. La perspectiva del “desarrollo desigual” es central en su perspectiva teórica.

Estructura y sobredeterminación en la problemática del subdesarrollo capitalista

El concepto de desarrollo capitalista desigual que sustenta los conceptos de estructura y sobredeterminación hacen posible entender las relaciones entre formaciones sociales con grados distintos de desarrollo, según Althusser. En concreto, evitan el error de explicar las desigualdades internas de las formaciones sociales a partir de las desigualdades externas de sus relaciones con otras formaciones, es más, Althusser cree que son las primeras las que puede explicar a las segundas (2018, p.250).

Esta interpretación está formulada prácticamente en los mismos términos por parte de Cueva en relación con el desarrollo del capitalismo latinoamericano. Su crítica a la teoría de la dependencia sostiene la necesidad de invertir los términos del problema que ella plantea: analizar cómo las condiciones internas de las formaciones sociales latinoamericanas explican la forma de vinculación al sistema capitalista mundial y no al revés (Cueva 2008, pp.112–13). En su balance de la transición de la fase oligárquica a la burguesa en *El desarrollo del capitalismo en América Latina*, afirma que son equivocados los enfoques que ven a ese proceso como reflejo de la dependencia, como en el caso de Dos Santos, o dejan de lado la lucha de clases, como lo hace Marini (2004, p.146–47). Para Cueva es la dinámica de la lucha de clases, y las múltiples determinaciones que se condensan en ella, el factor central para una explicación de las especificidades internas y las diferencias entre las sociedades capitalistas latinoamericanas (2004, p.12). Este argumento constituye el soporte central de su explicación sobre el desarrollo capitalista latinoamericano, Cueva lleva a cabo una reinterpretación de la tesis de la “heterogeneidad estructural” que traduce como articulación del modo de producción capitalista con modos o formas precapitalistas (2004, p.100). Esta especie de “eficiencia de la estructura” adquiere configuraciones concretas de acuerdo con las condiciones sociales e históricas propias de cada situación nacional.

En su crítica a las tesis de Frank, Vitale y Ciro Cardoso, Cueva advierte que el problema básico radica en que esos autores confunden los planos

de análisis al no diferenciar el registro más abstracto del concepto de modo de producción y el más concreto de formación social, esto se debe a la influencia de la sociología weberiana que, al ser una teoría de la contingencia histórica, es incapaz de hacer esa distinción que es crucial para el marxismo. Cueva resume esta confusión diciendo que en aquellas interpretaciones se confunde la particularidad con singularidad absoluta e “irreductible” (2012, p.104 y 109). Esta anotación clarifica el uso metodológico del esquema universal-particular-singular. El modo de producción capitalista en su construcción teórica más abstracta corresponde al plano de lo universal, las modalidades comunes a toda América Latina y los capitalismo subdesarrollados al de lo particular y, finalmente, las formaciones sociales concretas (nacionales o regionales) al nivel de lo singular.

En consecuencia, las que podrían verse como condiciones localizadas en el nivel de la *particularidad* del capitalismo en América Latina son tanto la inexistencia de revoluciones democrático-burguesas que implanten el capitalismo suprimiendo las estructuras precapitalistas anteriores, como su subordinación originaria a la fase imperialista del capitalismo. Ambas condiciones están interrelacionadas y se determinan mutuamente para Cueva (2004, p.79).

Al referirse a la importancia de las estructuras precapitalistas heredadas de la Colonia, Cueva propone una interpretación que difícilmente puede verse como un ejercicio eurocéntrico y dogmático que busca trasplantar los esquemas rígidos del marxismo a una realidad enteramente diferente. Por el contrario, pone en el centro el problema de la articulación de modos de producción en las formaciones sociales latinoamericanas:

[...] cuando hablamos en términos marxistas del modo de producción esclavista o feudal no estamos manejando tipos ideales construidos con los rasgos más “significativos” del “modelo” europeo; lo que queremos decir, sencillamente, es que la estructura económico-social heredada del período colonial se caracterizó por un bajísimo nivel de desarrollo de las fuerzas productivas y por relaciones sociales de producción basadas en la esclavitud y la servidumbre, hecho que constituyó un *handicap*, por decir lo menos, para el desarrollo posterior de nuestras sociedades. Lo

cual no significa negar la conexión evidente de las formaciones esclavistas o feudales de América Latina con el desarrollo del capitalismo en escala mundial. (2004, p. 15)

Las variaciones de estas condiciones generales de la estructura capitalista latinoamericana configuran lo que Cueva denomina “estructuración desigual del subdesarrollo”. Al respecto señala que las deficiencias en los intentos por clasificar a los países de la región (Cardoso, Fernando y Faletto Enzo, Furtado, Celso y Sunkel, Osvaldo y Paz) tienen que ver con su omisión del análisis de la articulación de modos de producción (2004, p.103). Y, en este sentido, resulta fundamental considerar el peso de las estructuras precapitalistas que producen una diferenciación sustancial entre formaciones sociales en cuestiones como la lógica de “enclave” o la regulación de los salarios (2004, pp. 110 y 115–24).

Otra forma de la variación de la articulación de modos de producción se observa en la modificación de distintos patrones de acumulación que se suceden históricamente y que reorganizan el orden de la estructura oligárquico-dependiente que se configura en la primera etapa del capitalismo latinoamericano. Se puede afirmar que Cueva identifica tres modelos o patrones de acumulación: el exportador oligárquico, el industrial burgués y el del capitalismo monopolista de Estado. En todas ellas las condiciones invariantes del predominio de la exportación primaria y la subordinación al capitalismo mundial persisten con alteraciones concretas derivadas de la correlación de la lucha de clases que, sin embargo, no termina por alterar esas condiciones con excepción de los procesos revolucionarios (Cueva, Agustín, 2004, pp.162–63, 165–66, 174, 186–91, 225 y 223).

Estructura y sobredeterminación en la problemática del Estado capitalista subdesarrollado

La explicación sobre el Estado capitalista desarrollada por Cueva puede analizarse en los mismos términos, un conjunto de formulaciones referidas a algo que puede verse como su forma histórica general en

contextos de capitalismo subdesarrollado, estructura ‘invariante’ localizada en el plano de lo particular, y sus distintos modos de configuración específica en términos sociales e históricos, la dimensión de lo singular. Así se configura la que puede definirse como su teoría del “desarrollo político desigual”. En el plano más general y abstracto (universal) el Estado capitalista se determina por su condición estructural de hacer posible la reproducción del modo de producción capitalista, pero carece de una forma específica que le sea consustancial, la forma democrático-parlamentaria es una excepcionalidad histórica (1989, p.42). El Estado capitalista solo adquiere una forma concreta en función de la formación social a la que pertenece y se configura sobre la base de dos condiciones determinantes: sus contradicciones internas y su localización en el sistema imperialista (1989, pp.38–39).

En el plano de la particularidad de las formaciones sociales latinoamericanas, y tercermundistas en general, la forma estatal difiere radicalmente de las formaciones imperialistas, dado que la lógica del desarrollo desigual del capitalismo se reproduce en el Estado. Esto tiene como consecuencia, siguiendo la perspectiva leninista, la diferenciación espacial que crea áreas de atenuación y otras de acumulación de las contradicciones, y variaciones intermedias entre ambas, el capitalismo mundial dista de homogeneizar el espacio en el que se despliega (1989, p.40). Las formaciones dependientes son, entonces, “eslabones débiles” en los que se acumulan las contradicciones por lo que sus estados se sobrecargan de tareas políticas concretas puesto que deben: a) garantizar la reproducción ampliada del capital en medio de una gran heterogeneidad estructural, b) sostener esa modalidad de reproducción capitalista en condiciones de acumulación afectadas por el flujo del excedente económico hacia el exterior, y c) darle algún grado de cohesión a la formación social respectiva en función de su integración en el sistema capitalista-imperialista, a pesar de que a veces no se ha conseguido aún la integración nacional (1989, pp. 40–41).

El vínculo del Estado con la estructura social explica esta condición. Los procesos de desarrollo de los Estados nacionales no ocurren *ex nihilo*, la situación difiere notablemente si aquellos están sustentados en la

integración del espacio social en torno al modo de producción capitalista, o si deben configurarse sobre una matriz socioeconómica con fuertes componentes precapitalistas que fragmentan los espacios económicos e impiden la constitución de un mercado interno amplio (2004, p.32). Por lo tanto, esta condición de origen influye en la forma particular de los Estados latinoamericanos y tercermundistas, dada la segmentación y autonomía de los agrupamientos socioeconómicos internos, producto de las estructuras precapitalistas, no es posible que se alcance una “coherencia orgánica” de la sociedad y del Estado (Cueva, Agustín, 2004, pp.33 y 37–38).

A esto se debe el “autoritarismo tendencial” o el permanente “estado de excepción” de los Estados del capitalismo subdesarrollado que se mueven en una extraña combinación de debilidad y fortaleza, y frente a los que la “sociedad civil” e incluso las clases sociales parecen creadas por esos Estados (1989, p.41, 2012, p.201). La hegemonía, en el sentido gramsciano, no es para Cueva el aspecto más significativo de la dominación burguesa e imperialista en los Estados capitalistas periféricos:

[E]l Estado de los *eslabones débiles* tiende a adquirir formas dictatoriales, o en el mejor de los casos, despóticas, en razón misma del cúmulo de contradicciones que la sociedad civil no está en capacidad de atenuarlas y que, por lo tanto, a él le corresponde *regular*. La *hegemonía*, es decir, esa capacidad *de dirección intelectual y moral* que el mismo Gramsci descubrió como una dimensión importante de la dominación burguesa en *Occidente* (léase: en los países imperialistas), no es precisamente el rasgo más destacado de la dominación burguesa imperialista en los países dependientes. Lo que es más, todo parece contribuir a que tal *hegemonía* sea siempre insuficiente y precaria [...]. (1989, pp.41–42)

En el orden de las variaciones históricas de esta forma particular de los Estados latinoamericanos, sus configuraciones singulares, es posible distinguir tres constelaciones estatales específicas: oligárquica, burguesa y monopolista. En todas ellas las características generales se articulan de modo determinado, aunque dentro del esquema general. Por ejemplo, el “autoritarismo tendencial” es una constante en todas las configuraciones históricas. Uno de los conceptos clave para aproximarse a estas

transformaciones históricas de los Estados capitalistas latinoamericanos es el de “bloque dominante” o “bloque de poder”.

El Estado “burgués-oligárquico” o “liberal-oligárquico” corresponde a la etapa de acumulación originaria que da lugar –en mayor o menor medida– a la consolidación del modo de producción capitalista como predominante (2004, p.127 y 130). Las situaciones singulares se derivan de dos tendencias que Cueva conceptualiza, “forzando a Marx”, como subsunción formal y real de la formación social al Estado oligárquico. La primera ocurre cuando el Estado alcanza estabilidad en función de una relativa expansión del capitalismo, mientras la segunda ocurre cuando esa expansión no tiene lugar, lo cual trae como consecuencia una crisis de hegemonía permanente (Cueva, Agustín, 2004, pp.41–42). Esto marca la diferencia entre la existencia o la ausencia de una burguesía orgánica nacional. Su presencia fue un factor que incidió en la conformación de estados nacionales –al menos relativamente– estables y unificados. Mientras que su ausencia produjo una “dispersión de fuentes de poder” que dio lugar al militarismo, el caudillismo o el regionalismo (2004, p.40).

El bloque dominante del Estado oligárquico está constituido por los “*junkers*” o “boyardos” locales, la burguesía “compradora” (exportadores e importadores) y el capital monopólico extranjero (2004, p.131). Esta composición difiere en cada situación. Este tipo de estado adquiere un carácter autoritario en el que predomina la represión por sobre la manipulación y carece del apoyo de las pequeñas burguesías que estaban marginadas (Cueva, Agustín, 2004, p.130, 141–42). Esto se explica por las tareas que debe cumplir: a) despojo a campesinos y su conversión en un proletariado sui generis para haciendas, plantaciones, minas, etc., b) “regulación” de salarios con tendencia a la pauperización absoluta debido al predominio del plusvalor absoluto, c) represión de movimientos democráticos y progresistas.

El Estado burgués corresponde al mal llamado “Estado populista”, cuyas expresiones más notorias para Cueva son Argentina y Brasil, esta configuración estatal singular representa –en el contexto latinoamericano– el estado capitalista moderno con hegemonía de la burguesía industrial

que asume ciertas demandas de las clases trabajadoras. Tiene un carácter antioligárquico que proviene de la necesidad de transferir excedente hacia el sector industrial y hacia el propio Estado, asume ciertas características de “estado de bienestar” por efecto de la bonanza económica, fortalece el sector capitalista de Estado sin llegar a constituir un capitalismo monopolista de estado, y ensaya cierta soberanía nacional sustentada en el desarrollo nacional autónomo con ribetes antiimperialistas inclusive (2004:209–11).

En una interpretación bonapartista clásica, Cueva ve en esta forma de Estado la lógica de arbitraje entre el sector industrial y agroexportador con la hegemonía del primero (2004, p.209). Estos sectores conforman la base del bloque dominante, cuya novedad será su relativa y frágil autonomía del capital monopolístico. Por otra parte, lo más novedoso de esta nueva configuración estatal radicarán en la incorporación controlada y vertical de ciertos sectores de la clase trabajadora por vía del control “corporativo”, combinada con la represión a los sectores autónomos, así como de buena parte de la pequeña burguesía (2004, pp.212–13).

La crisis del precario Estado burgués “benefactor” da paso al surgimiento violento de un capitalismo monopolista de Estado. Se trata de un profundo reordenamiento de la superestructura política que es comandada por la facción monopolística de la burguesía que eliminó el carácter arbitral, paternalista y benefactor de la anterior configuración estatal. Esto es efecto de la arremetida reaccionaria contra la clase trabajadora que resultó. Por supuesto, estos cambios solo podían llevarse a cabo por la vía autoritaria (1989, p.47, 2012, p.139). El bloque monopolístico de poder se constituye por el capital imperialista, la burguesía monopolística nativa y la alta tecnoburocracia civil y militar que se vincula a los primeros por nexos tanto económicos como ideológico-políticos (2004, p.221 y 234, 2012, p.132). Para Cueva, esta composición del nuevo bloque dominante está en la base de las tendencias fascizantes que serán visibles especialmente en el Cono Sur. Más allá de ciertos fenómenos formales, el fascismo corresponde –según Cueva– al dominio del sector monopolístico que hace un ejercicio terrorista de su dominación, rompiendo con la lógica democrático-burguesa y dirige su acción represiva contra

la clase obrera y la izquierda (revolucionaria, reformista o “populista”) (2012, pp.130–31).³ Sus reflexiones acerca de esta forma contemporánea del Estado capitalista latinoamericano sustentan su debate tanto sobre el carácter de las dictaduras de los setenta y ochenta, como de la llamada “transición democrática”.

De acuerdo con Cueva, la emergencia del Estado monopolista implica un cambio sustancial en la correlación de fuerzas que está vinculado, por una parte, con el triunfo global de la derecha (1987^a, p.31, 2012, pp.179–80); y, por otra, con la derrota interna de la izquierda por parte de las burguesías monopólicas y los ‘modernizados’ aparatos represivos que la produjeron. Cueva sostiene que las dictaduras militares, más allá de ciertas tensiones e impases, no fueron realmente derrotadas, su terrorismo de Estado cumplió a cabalidad el proyecto nacional que se habían propuesta y –de una u otra forma– permitieron un proceso de transición controlado que condujo a lo que las propias dictaduras definieron como “democracia *viable*” (2012, pp.206–7). Es decir, la continuidad entre los gobiernos dictatoriales y las democracias latinoamericanas es mucho mayor si se mira la configuración estructural del Estado y la nueva correlación de fuerzas que si se presta atención a aspectos formales y abstractos. Las “democracias sin adjetivos” no son otra cosa para Cueva que unas “democracias restringidas” que legitiman el anterior triunfo de las burguesías monopólicas imperialistas y nacionales. Estas obligaron a un pacto estrechamente político en el que no cedían sus trincheras y casamatas ni en la “sociedad civil” ni en el Estado (2008, pp. 218–19).

Conclusiones: la clave leninista de la tercermundización

Quizá la conclusión más importante de lo hasta aquí expuesto tiene que ver con el fundamento leninista que permite esa concurrencia entre el

³ Cueva fue parte de un intenso debate al respecto entre la intelectualidad latinoamericana, particularmente con Atilio Borón (1977) y Ruy Mauro Marini (1978). Un excelente análisis de ese debate en (Tzeiman, Andrés, 2019).

pensamiento de Cueva y la teoría althusseriana. La práctica teórica y política de Lenin podría considerarse como la primera experiencia en el largo proceso de tercermundización del marxismo. Dicho de otro modo, la revolución rusa es la “puesta a prueba” inicial del marxismo fuera del capitalismo desarrollado que constituye su lugar de origen. Althusser observa este hecho político y teórico para sustentar sus formulaciones sobre esa “teoría ausente” que se perfila en *El capital*. Con ello no se limita al exotismo de la periferia capitalista, sino que asume las posibilidades de una teoría general aplicable a cualquier contexto capitalista concreto, al tiempo que hace posible el propio desarrollo de la práctica teórica marxista tanto en el campo científico como en el filosófico.

Por esta razón, el viaje del pensamiento de Althusser hacia América Latina no corresponde a la caricatura de una teoría cargada de abstracciones inalcanzables propias del “eurocentrismo” marxista. Dada la capacidad heurística de su concepto no metafísico de estructura, su cercanía con los debates de la dependencia y los modos de producción de aquella época es mucho mayor que la de otros marxismos heterodoxos cargados de sofisticaciones subjetivistas. Precisamente por esta razón son esos “marxismos civilizados” los que quedarán en pie luego de la derrota de la izquierda revolucionaria, mientras los “marxismos salvajes” de la tercermundización leninista serán objeto de una extirpación de idolatrías que, en buena medida, contará entre sus inquisidores con las heterodoxias marxistas.

En cierto modo, se puede decir entonces, que Cueva radicaliza la tercermundización teórica del althusserianismo en sus intentos interpretativos sobre el carácter del capitalismo subdesarrollado y de las configuraciones estatales que le corresponden. Esto se verifica, sobre todo, en su enorme interés por descifrar las modalidades específicas de articulación que adquieren las formaciones sociales latinoamericanas que determina tanto su diferenciación singular como los elementos generales de la particularidad de América Latina y del Tercer Mundo.

Estas observaciones de orden teórico apenas señalan algunos puntos de partida para la investigación. Resulta indispensable llenar el vacío de

la investigación sistemática sobre la recepción contemporánea de teóricos marxistas en el campo intelectual ecuatoriano. Es indispensable reconstruir la trayectoria del pensamiento de Althusser de modo específico, ¿cómo arribó su obra al Ecuador?, ¿qué libros suyos se leían?, ¿en qué medida su influencia estuvo mediada por la obra de Harnecker?, ¿cuáles eran los circuitos mediante los cuales circulaba y se discutía su obra?, ¿qué otros autores adscriben a esta teoría y cómo lo hacen?, etc. Esto permitiría confirmar o descartar algunos de los indicios aquí mencionados.

Finalmente, una lectura del marxismo europeo y estadounidense a partir del enfoque de la tercermundización puede resultar fructífera. En particular, puede contribuir a ciertos prejuicios reduccionistas que se han extendido en América Latina en las últimas décadas de la mano de cierto oscurantismo anti-moderno que ha suprimido en el marxismo su validez de ciencia crítica que, por principio, está mucho más cerca de los contextos periféricos dado que las clases trabajadoras serían una especie de “Tercer Mundo” al interior de las formaciones capitalistas dominantes.

BIBLIOGRAFÍA

- Althusser, Louis. (2011). *Sur la reproduction*. Paris: Presses universitaires de France.
- Althusser, Louis. (2014). “Du « Capital » à la philosophie de Marx”. Pp. 1–79 en *Lire le capital, Quadrige*. Paris: PUF.
- Althusser, Louis. (2018). *Pour Marx*. París: La Découverte.
- Althusser, Louis, Étienne Balibar, Roger Establet, Pierre Macherey, y Jacques Rancière. (2014). *Lire le Capital*. 3a. ed. Paris: PUF.
- Aricó, José. (1980). “Introducción”. P. XI–LVI en *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano, Cuadernos de Pasado y Presente*. México, D.F: Ediciones Pasado y Presente.
- Balibar, Étienne. (2014). “Sur les concepts fondamentaux du matérialisme historique”.

- Pp. 419–568 en *Lire le Capital, Quadrige*. París: PUF.
- Balibar, Étienne. (2018a). “Avant-propos pour la réédition de 1996”. Pp. 7–23 en *Pour Marx*. París: La Découverte.
- Balibar, Étienne. (2018b). “Note biographique”. Pp. 305–17 en *Pour Marx*. París: La Découverte.
- Beigel, Fernanda. (2014). “Introduction: Current tensions and trends in the World Scientific System”. *Current Sociology* 62(5):617–25. doi: DOI: 10.1177/0011392114548640.
- Beigel, Fernanda. (2016). “El nuevo carácter de la dependencia intelectual”. *Cuestiones de Sociología* 14(004).
- Beigel, Fernanda. (2017). “Científicos Periféricos, entre Ariel y Calibán. Saberes Institucionales y Circuitos de Consagración en Argentina: Las Publicaciones de los Investigadores del CONICET”. *DADOS-Revista de Ciências Sociais* 60(3):825–65. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/001152582017136>.
- Beigel, Fernanda, y Hanan Sabea. (2014). “Introducción”. Pp. 15–29 en *Dependencia académica y profesionalización en el Sur: perspectivas desde la periferia*, editado por F. Beigel y H. Sabea. Mendoza, Río de Janeiro: EDIUNC / SEPHIS.
- Boron, Atilio A. (1977). “El fascismo como categoría histórica: en torno al problema de las dictaduras en América Latina”. *Revista Mexicana de Sociología* 39(2):481. doi: 10.2307/3539775.
- Bourdieu, Pierre. (2002). “Pour une sociologie des sociologues”. Pp. 79–85 en *Questions de sociologie, Reprise*. París: Les Éd. de minuit.
- Burawoy, Michael. (1990). “Marxism As Science: Historical Challenges and Theoretical Growth”. *American Sociological Review* 55(6):775–93.
- Cueva, Agustín. (1967). *Entre la ira y la esperanza. Ensayos sobre la cultura nacional*. Quito: Casa de la Cultura Ecuatoriana.
- Cueva, Agustín. (1981). *El proceso de dominación política en Ecuador*. Quito: Alberto Crespo Encalada.
- Cueva, Agustín. (1986). *Lecturas y rupturas. Diez ensayos sociológicos sobre la literatura del Ecuador*. Quito: Planeta.
- Cueva, Agustín. (1987^a). “El viraje conservador: señas y contraseñas”. Pp. 19–37 en *Tiempos conservadores. América Latina en la derechización de Occidente*. Quito: El Conejo.
- Cueva, Agustín. (1987^b). *La teoría marxista. Categorías de base y problemas actuales*. México, D. F.: Planeta.
- Cueva, Agustín. (1989). *América Latina en la frontera de los años 90*. Quito: Planeta.

- Cueva, Agustín. (1993). *Literatura y conciencia histórica en América Latina*. Quito: Planeta.
- Cueva, Agustín. (2004). *El desarrollo del capitalismo en América latina. Ensayo de interpretación histórica*. 13a ed. aumentada. México: Siglo XXI Editores.
- Cueva, Agustín. (2008). *Entre la ira y la esperanza y otros ensayos de crítica latinoamericana*. 2a. ed. revisada. Bogotá: CLACSO / Siglo del hombre.
- Cueva, Agustín. (2012). *Ensayos sociológicos y políticos*. Quito: Ministerio de Coordinación de la Política y Gobiernos Autónomos Descentralizados.
- Harnecker, Marta. (2002). *Los conceptos elementales del materialismo histórico*. México, D. F.: Siglo XXI Editores.
- Marini, Ruy Mauro. (1978). “Intervención en la mesa redonda ‘Las fuentes externas del fascismo’”. *Cuadernos Políticos* (18):13–34.
- Mignolo, Walter. (2007). *La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa Editorial.
- Moreano, Alejandro. (2008). “Agustín Cueva hoy”. en *Entre la ira y la esperanza y otros ensayos de crítica latinoamericana, Biblioteca universitaria*. Bogotá: CLACSO / Siglo del hombre.
- Quevedo Ramírez, Tomás. (2022). “Marxismo ecuatoriano en la segunda mitad del siglo XX. Reflexiones desde la obra de Agustín Cueva, Bolívar Echeverría y Alejandro Moreano”. Tesis doctoral, Universidad de Buenos Aires: Buenos Aires.
- Rodríguez Arriagada, Marcelo, y Marcelo Starcenbaum, comps. (2017). *Lecturas de Althusser en América Latina*. Chile: Doble Ciencia Limitada.
- Schwarz, Roberto. (2014). “Las ideas fuera de lugar”. *Meridional. Revista Chilena de Estudios Latinoamericanos* (3):183–99.
- Tzeiman, Andrés. (2017). *Agustín Cueva: marxismo y política en América Latina*. Quito: Abya Yala.
- Tzeiman, Andrés. (2019). “El concepto de fascismo y las dictaduras militares: Agustín Cueva y los debates de teoría política en los años setenta y ochenta”. *Latinoamérica. Revista de Estudios Latinoamericanos* (68):209–30. doi: 10.22201/cialc.24486914e.2019.68.57056.

Agustín Cueva y la doble condición del “desarrollo desigual”

Dependencia y deriva autoritaria

Jacqueline Artieda*

1. Introducción

La rebelión de Octubre acaecida en nuestro país en el año 2019 y su prolongación en términos de lucha social expresada el pasado junio de 2022, pone en evidencia la necesidad del reencuentro de la intelectualidad orgánica, desde la praxis marxista, con las organizaciones del campo popular a un nivel más profundo. La expresión movilizatoria impulsada por la CONAIE¹, la organización social más importante del país y probablemente de la región, junto con sectores organizados y no organizados son el resultado de la polarización de clases frente a una crisis general del capitalismo mundial. Esta condición que genera el sustrato

* Docente de la Universidad Central del Ecuador.

¹ Confederación de Nacionalidades y Pueblos Indígenas del Ecuador.

para la formación de una tendencia de izquierda, transformadora de las condiciones de pauperización en las que se desenvuelve el grueso de la sociedad, exige un proceso de unidad de frentes sociales organizados, con acuerdos programáticos que persigan un horizonte que trascienda el sistema capitalista.

Es tiempo nuevamente del marxismo leninismo como corriente política, filosófica y metodológica para entender y acompañar los sucesos que signan el tiempo histórico de la lucha popular, indagar sobre los relatos del sujeto indoamericano, sobre las conexiones de los trabajadores del campo y la ciudad, de analizar la reproducción ampliada del capital en Latinoamérica y la expresión política que deriva de esta estructura; corresponde revisar con seriedad y rigurosidad los entresijos de las propuestas de José Carlos Mariátegui, René Zabaleta, R. M. Marini, Agustín Cueva y los aportes más lúcidos que la intelectualidad comprometida de su época nos brindó. Las gestas de octubre y junio nos obligan entonces a sintonizar el lenguaje de las masas con el trabajo intelectual y una apuesta emancipatoria del neoliberalismo y capitalismo.

Los aportes de los procesos insurreccionales del 2019 y 2022 en Ecuador, ponen de manifiesto repertorios de acción tradicionales combinados con formas organizativas y de lucha que debemos leer con mayor cuidado y superar el apriorismo respecto al espontaneísmo de las masas, más aún cuando no hemos presenciado una movilización en los últimos años, con el nivel de y polarización de clases vivido en junio, es decir, un escenario radicalizado de impugnación al modo capitalista neoliberal.

Las rebeliones muestran también la crisis de legitimidad del Estado como correlato del aletargamiento del proceso de acumulación, la disminución o estancamiento de las tasas de ganancia y la evidente mediación del Estado para materializar los intereses de las burguesías. La *vía reaccionaria oligárquica* y la posterior formación del capitalismo subdesarrollado en nuestros países genera una práctica que prescinde del consenso e instala la coerción, mermando a los estados, canales políticos de resolución de conflictos.

A 30 años de la muerte de Agustín Cueva, su pensamiento es pertinente para instalar la discusión sobre la *estructura desigual del desarrollo capitalista* y el carácter dependiente de la economía ecuatoriana en nuestros días, pero también para reforzar el análisis sobre la participación de la clase trabajadora ecuatoriana, tanto en el campo como en la ciudad, respecto de la generación de una tendencia más sostenida de lucha, en cuanto a tiempo e intensidad. Cabe resaltar que este fenómeno no sólo germina en el continente americano, sino en el resto de latitudes, de allí que, no sólo existe una crisis del capitalismo subdesarrollado, sino también una crisis estructural de los espacios del capitalismo industrializado en los cuales, al parecer, ya ni la del Estado de Bienestar o desarrollo industrial son suficientes para morigerar las contradicciones de clase.

Ahora bien, si el pensamiento de Cueva es fundamental, en cuanto al método materialista, no es menos central la dimensión estética que aportó desde el marxismo releyendo la producción literaria ecuatoriana para entender y explicar los fenómenos de nuestra formación social. Es decir, Agustín Cueva complejizó aún más el debate sociológico mediante la relación de las expresiones artísticas con las ciencias sociales, y le dotó de un papel clasista a la cultura. Cueva, por tanto, produjo un cisma importante cuyo desenlace fue generar un marco de interpretación complementaria a la realidad latinoamericana y particularmente ecuatoriana.

Pese a este cardinal aporte, nuestro abordaje se encamina a leer el análisis político de Agustín Cueva en relación a la Teoría de la Dependencia y el concepto de superexplotación en correlación a la propuesta de la *Dialéctica de la Dependencia* de Rui Mauro Marini, y el carácter del Estado burgués en el imperialismo capitalista trabajada por Lenin.

Otro de los influjos teóricos que determina la investigación de Agustín Cueva es el de José Carlos Mariátegui², cuya adscripción ideológico-política se precipita por la concordancia en el método de interpretación

2 A quien no nos referiremos a profundidad, empero, es importante nombrarlo por considerarse un discípulo de Mariátegui porque sistematiza su producción aplicándola al análisis marxista de Latinoamérica.

dialéctica y materialista de las realidades ecuatorianas/latinoamericanas y peruanas respectivamente. En *La Teoría Marxista, categorías de base y problemas actuales* ubica a Mariátegui como un “clásico del marxismo”, pero también como “una suerte de espacio simbólico en el cual confluyen múltiples mitos” (Cueva, Agustín, 1987, p. 167). En síntesis, la valoración de Cueva sobre Mariátegui, y el aporte a la teoría marxista radica en:

(...) habernos legado el primer esquema marxista de interpretación de las modalidades específicas de desarrollo del capitalismo en América Latina, en condiciones de dependencia y articulación con otras formas productivas (feudalismo, esclavitud, comunidad primitiva); esquema que muchos de nosotros, discípulos suyos, seguimos considerando válido. (...) JCM ligó por vez primera, el discurso marxista a nuestra realidad (...) ¿Nacionalización del marxismo? Si se quiere sí. (Cueva, Agustín, 1987, p. 169).

El Mariátegui al que Cueva apela, es aquel de vocación no tanto teórica sino al Mariátegui de “vocación totalizadora del marxismo”, cuyos ensayos pasan por la discusión de las relaciones de producción literarias, el asunto de la educación, la relación etnia y fuerza de trabajo. La fiel interpretación de Cueva sobre Mariátegui y su confesión discipular se asientan, según nuestra consideración, sobre el acervo literario y político que Mariátegui propone para la lectura de la realidad latinoamericana. Cabe resaltar además que Mariátegui fue un militante que, en su rudimentaria silla de ruedas, organizó a las trabajadoras y trabajadores mineros, que el temprano extractivismo exportador peruano forjó. Esto le permitió al autor peruano cuajar una práctica real que devino en un profundo ejercicio de análisis ensayístico.

Por otro lado, Agustín Cueva imbrica su lectura marxista en relación indisoluble con la teoría leninista del imperialismo. Una lectura teórica del marxismo leninismo que en las décadas de los 70 y 80 no era popular y que fue condenada como un anatema por la socialdemocracia, alguna izquierda parlamentaria y la derecha. El análisis del imperialismo en Cueva es una especie de ópera prima que provee argumentos para entender la vía de instauración del capitalismo en América Latina, lo que

imprime una marca de agua a las formaciones sociales subordinadas a la fase superior del capitalismo.

(...) Lenin advierte que [hay] variadas combinaciones (...) en tal o cual tipo de la evolución capitalista (...). Sin embargo, parece claro que en el desarrollo de nuestro capitalismo agrario existe una especie de unidad en la diversidad dada por el hecho de que este desarrollo ocurre —salvo en contados puntos de excepción— de acuerdo con una modalidad que lejos de abolir el latifundio tradicional lo conserva como eje de toda evolución (Cueva, Agustín, 1977, p. 80)

Tomando como referencia a Lenin, Cueva erige como rasgo característico latinoamericano la lenta disolución del latifundio tradicional, debido a la falta de una revolución democrático burguesa, que acelerara la transición de la formación social latinoamericana feudal —combinada con rémoras esclavistas—, hacia un denodado capitalismo de corte industrial. En el análisis realizado por Lenin sobre la estructura agraria de Rusia, las vías farmer y junker de implantación del capitalismo arrojan innumerables variables y combinaciones de ascenso del capitalismo, sin embargo, lo que intenta rescatar Cueva de esa lectura de Lenin, es el sello imperialista del nacimiento del Estado burgués en las naciones latinoamericanas, cuyos resabios de anteriores formaciones sociales permanecerán, siempre y cuando, no exista una transición revolucionaria de corte burgués y más aún proletaria. El concepto de dependencia latinoamericana encuentra su origen no sólo en las condiciones internas del propio desarrollo capitalista, sino en las circunstancias externas provocadas por el imperialismo.

Para cerrar esta breve introducción, vale mencionar que la producción intelectual de Cueva tiene una de las más importantes improntas históricas suscitadas por la revolución cubana, ya que abonó un terreno fértil para el debate y la praxis marxista en toda la región. Sin duda, la Teoría de la Dependencia, por lo menos, la trabajada por la corriente marxista de Marini se nutrió de este proceso, así como del ascenso de la Unidad Popular al gobierno chileno, y los procesos de liberación nacional centroamericana. Ello, pese a un proceso instaurado en la segunda

post-guerra que marcó la deriva de buena parte de la izquierda hacia la social democracia o el reformismo capitalista. Esta “nueva izquierda” se planteaba el camino de la reforma social, la implementación de las tesis keynesianas del Estado de Bienestar y la impugnación de cualquier proceso insurreccional. Esta tendencia incubada en la academia norteamericana, aunque creciente, no limitó la concreción del proceso revolucionario cubano, también radicalizado en el transcurrir del tiempo.

En este complejo contexto, se enraíza en América Latina la discusión alrededor la Teoría de la Dependencia y la crítica hacia la misma; aparecieron voces que cuestionaban las tesis marxistas intentando subsumirlas en el análisis desarrollista. Cueva, que lee la sociología al fragor de los conflictos de clase en la formación latinoamericana, plantea en su texto *Desarrollo del capitalismo en América Latina* (1979) un análisis de la “vía reaccionaria oligárquica”, adoptada en la región por el capitalismo dependiente y la forma en que la superexplotación es característica, no sólo de las circunstancias endógenas de la dependencia, sino de las condiciones exógenas formadas por el avance imperialista.

A partir de esta introducción planteamos, en una primera parte, el análisis del proceso de dependencia y su relación con la superexplotación de la fuerza de trabajo, y en un segundo momento, tratamos la transición del Estado oligárquico hacia el Estado burgués coercitivo, como característica de una estructura económica dependiente y monopolista.

En síntesis, examinamos, desde la propuesta de Cueva, la Teoría de la Dependencia, particularmente su definición conceptual y el rol que juega la extracción de plusvalor absoluto en ese proceso. Finalmente observaremos la expresión de dominación superestructural asumida por el Estado en momentos de agudización de la dependencia.

2. Dialéctica de la dependencia y desarrollo desigual

La propuesta de Marini no negaba a Marx para identificar lo específico en las economías dependientes. Partía de él, entendiendo que las leyes

del modo de producción capitalista no son leyes deterministas, o teleológicas, sino que se constituían a partir de la realidad concreta como leyes de tendencia y, por lo tanto, con sus manifestaciones concretas, subordinadas a la especificidad histórica y social. En ese sentido, la especificidad de América Latina tampoco podía ser tratada a partir de una aplicación de un manual teórico (aunque fuera *El Capital*), y exigía categorías de mediación en un menor nivel de abstracción.

La dialéctica de la dependencia desarrollada por Marini, utiliza la metodología marxista de análisis, por ello una buena parte de la intelectualidad alineada al estudio de la dependencia menciona a esta como TMD, o teoría marxista de la dependencia. La dialéctica, a decir de Marini, está supeditada por la división internacional del trabajo y la generación de plusvalor absoluto en las economías periféricas; de esta manera, en razón de que la estructura de producción en los países dependientes era insuficiente al tratar de equiparar el nivel de acumulación del capital de los países industrializados, los países dependientes aplicaron la vía de extracción de plusvalor absoluto.

Marini, en su libro *La dialéctica de la Dependencia*, dio un paso mayor y ubicó las relaciones centro periferia —división internacional del trabajo— en el marco de la teoría del valor y la acumulación de capital. En efecto, partió de realidad de que Inglaterra vivía para el Siglo XIX la dinámica de la plusvalía relativa impuesta por la lucha de los trabajadores por la jornada y las condiciones de trabajo después de la revolución industrial. La desvalorización de los bienes salario era una condición sine qua non para la producción de la plusvalía relativa. El problema surgía de que buena parte de los mismos y las materias primas industriales eran importados por Inglaterra y los países del centro de América Latina y otras regiones de la periferia que no estaban en condiciones de incrementar la productividad del trabajo. En esas condiciones la solución vino de la mano del intercambio desigual que obligaba a la periferia a incrementar la producción exportable por la vía de la plusvalía absoluta (Moreano, Alejandro, 2022, pp. 32-33.)

Sin escamotear las posibles contradicciones que aparecieron impugnando las tesis de la dependencia en los momentos de mayor debate de esta

teoría³, insistimos en valorar el énfasis metodológico que el brasileño aportó en relación a planteamientos particulares de las distintas formaciones sociales y modos de producción en los márgenes capitalistas, y aunque estas eran de carácter específico, se compadecían con las leyes generales propuestas en *El Capital* de Marx, no cabe por tanto, atribución de posturas economicistas o histórico-deterministas sobre los planteamientos metodológicos de Marini.

(...) El gran mérito de la obra de Marini es justamente poner a las claras los distintos niveles de abstracción desde donde aborda los temas a tratar. Se parte de lo que descubrió Marx para el capitalismo en general, en escala mundial, para preguntarse cuáles son las especificidades del capitalismo dependiente. ¿Qué es lo que hay de específico en la condición dependiente? ¿Cuáles son los mecanismos y las categorías adecuadas para caracterizar la inserción dependiente en la economía capitalista mundial? (Carcanholo, Marcelo, 2022, p. 133).

Aunque el propio Cueva realizó una crítica a buena parte de los teóricos de la dependencia, —particularmente a Marini en su *Dialéctica*—, estas fueron analizadas y organizadas por Marini para emplazar a los desarrollistas cepalinos y sociólogos weberianos a transparentar su asepsia marxista, eludiendo el análisis de la lucha de clases.

El teórico ecuatoriano por su lado, combina el análisis de la dialéctica dependentista con los modos de producción y formaciones económico-sociales en Latinoamérica, sin rehuir de las tesis centrales de Ruy Mauro Marini, quien no se había apartado del marxismo. Marini, por el contrario, reconoció en toda su trayectoria que “el hilo lógico de la construcción teórica de Marx no puede ser roto, so riesgo de incurrir en un eclecticismo que invalida la capacidad explicativa” (Marini en Kohan, Néstor, 2022, p. 20) en razón de incorporar conceptos que provenían de los discursos del desarrollismo capitalista.

3 En la década del 80 se produjo un decurso en el que el capitalismo imperialista fagocita al socialismo y una década previa se refuerza la unidad programática de la derecha capitalista para imponer las políticas neoliberales más agresivas. Esto ocurre precisamente en la antesala del desplome de la URSS.

La explicación de Marini dio una base estructural a las tesis de los otros teóricos de la teoría de la dependencia sobre las peculiaridades de las relaciones entre centro y periferia en la era del imperialismo. Vale insistir además en que Marini fue un activo militante político perseguido, torturado y expatriado en Brasil, y luego en Chile donde fue colaborador del Movimiento de Izquierda revolucionaria (MIR) (Moreano, Alejandro, 2022, p. 33).

Así presentó Alejandro Moreano el relevante trabajo de Marini, enfatizando en las especificidades de las relaciones económicas entre el centro y la periferia, señalando en su momento una diferencia entre los conceptos generales y las categorías específicas de la *Dialéctica de la Dependencia*, lo que generaba más que confrontación, una aclaración sin dogmatismos del rigor científico del marxismo.

Agustín Cueva se concentró en la Teoría de la Dependencia en íntima relación con las formaciones sociales de América Latina, problematizando la cuestión de lo nacional, precisamente para romper la visión desarrollista de algunos teóricos de la corriente dependentista particularmente Gunder Frank, Enzo Faletto, o Fernando Henrique Cardoso. Incluso, de alguna manera, su crítica avanza hasta la *Dialéctica de la Dependencia* de Marini, aunque ella no fuera cardinal, puesto que al final de cuentas, su propósito fue superar el paradigma burgués del progreso y relacionar el proceso latinoamericano con la tendencia de agudización de la fase imperialista.

Ahora bien, esa crítica sustantiva de Cueva hacia Marini no la reproduce con la misma benevolencia hacia el resto de dependentistas, sobre todo, los mencionados anteriormente, pues el autor ecuatoriano evidenciaba en ellos el nomadismo y el eclecticismo intelectual⁴ que reñía con el marxismo.

⁴ La crítica de Cueva se dirige principalmente a autores como Osvaldo Sunkel, Enzo Faletto y F. H. Cardoso, y si bien hemos mencionado que la crítica puede avanzar hasta Marini, en la década del 70 se produce un giro que da paso a la actualidad de las tesis de Marini. Así lo ilustra Moreano: “En textos publicados diez o más años después de su célebre ponencia del 74 sobre la Teoría de la Dependencia, Agustín Cueva se aproximó a pensadores como Ruy Mauro Marini y consideró que la disputa de los 70 aparece en gran medida superada,

En efecto, la pregunta que se hicieron los desarrollistas al comenzar la década de los sesenta venía ya cargada de ideología, no sólo porque al indagar cuáles eran los escollos para un “desarrollo económico-social acelerado y armónico” de nuestros países, escamoteaban la cuestión central (*explotación de clase*) y reducían la problemática a la del simple *desarrollo indeterminado de las fuerzas productivas*, imponiendo así una perspectiva economicista; sino también porque, de hecho, tal pregunta involucraba la aceptación de que es posible alcanzar un desarrollo de este tipo —equilibrado, armonioso, sin depresiones ni crisis—, bajo el sistema capitalista.(Cueva, Agustín, 2015, p. 88)

La crítica más severa de Cueva es que las categorías centrales del marxismo: explotación, desarrollo de las fuerzas productivas, clase social, lucha de clases, sean superadas por categorías secundarias del neomarxismo.

Cueva atribuyó una característica esencial a la fase oligárquica de la formación social ecuatoriana, misma que se mantiene en la transición y conformación del Estado burgués, y es que el subdesarrollo del capitalismo estaría ligado al atraso agrario, a la heterogeneidad del campesinado y, en esta medida, a la imposibilidad de mirarse como una clase para sí. El problema para Cueva no es la composición policlasista del campo popular, sino las alianzas de unas burguesías nacionales raquílicas, que aportan endógenamente al subdesarrollo del capitalismo.

3. Superexplotación y formación social ecuatoriana

En la *Dialéctica de la Dependencia* Marini plantea como premisa la relación subdesarrollo- superexplotación, o la “pérdida de plusvalor” en una economía dependiente que no alcanza los niveles de productividad para equiparar la exigencia de los mercados importadores, y en ese intercambio desigual los países semi o poco industrializados exigen la compensación mediante la exacción de valor a la fuerza de trabajo:

para no decir démodée, demandando además la necesidad de la confluencia de todas las posiciones críticas del imperialismo y la dominación” (Moreano, Alejandro, 2022, p. 33).

(...) el problema que plantea el intercambio desigual para América Latina no es precisamente el de contrarrestar la transferencia de valor que implica, sino más bien el de compensar una pérdida de plusvalía, y que, incapaz de impedirla en el plano de las relaciones de mercado, la reacción de la economía dependiente es compensarla en el de la producción interna. El aumento de la intensidad del trabajo aparece, en esta perspectiva, como un aumento de plusvalía, logrado mediante una mayor explotación del trabajador y no del incremento de su capacidad productiva. (Marini, Ruy Mauro, 2015, p. 214)

La “vía reaccionaria oligárquica” implantada en Ecuador por el predominio de terratenientes, burguesía comercial y capital monopólico se transformaría a partir de la década del 70 en el Ecuador⁵ y, en adelante, el proceso de acumulación capitalista centraría su accionar en la agricultura, es decir, generaría una burguesía vinculada con la agroexportación, crecería la fracción importadora y despegaría la fracción industrial. Por tanto, la clase dominante se habría diversificado y la fuerza de trabajo asalariada sufriría un proceso de intensificación de la producción, desconcentración y dispersión.

En este contexto, el valor constante de la composición del capital ha sido la que menor inversión registra, dicho de otro modo, los salarios de las y los trabajadores, son una pieza angular en las economías dependientes, puesto que su reducción incentiva las tasas de ganancia y acumulación, es decir, la pauperización salarial facilita la realización de mayor excedente. De otro lado, la extensión de la jornada laboral y la obtención de plusvalía absoluta, es una realidad que se extiende al sector de la agroindustria y al fabril urbano en el caso de Ecuador.

La profundización del modelo primario exportador, da cuenta de la histórica dependencia económica de nuestro país, que data de fines del XIX e inicios del siglo XX, y en las últimas décadas privilegia la extracción de

5 Sucede en esta época debido al proceso de industrialización por sustitución de importaciones ISI y el proceso de modernización conservadora, que se realiza, sobre todo en el sector rural y que está acompañado de una reforma agraria que facilitó el avance del capitalismo en el campo y la tecnificación de la industria manufacturera.

minerales e hidrocarburos. Así, el desarrollo de las fuerzas productivas en el país está condicionado por la relación de la reproducción ampliada del capital y la reproducción de la fuerza de trabajo. Esta relación se expresa de la siguiente manera:

La producción del sector capitalista es, mayoritariamente, trabajo intensivo: grandes unidades de producción, cuyo principal costo es la fuerza de trabajo. Esto quiere decir que la riqueza producida en el país se genera, básicamente por la explotación de la fuerza de trabajo. (...) Asimismo, este patrón de acumulación [que demuestra además de carácter patriarcal] precariza a campesinos e indígenas. (Iza, Leonidas, et al., 2020, pp. 53, 54).

No cabe duda pues, que el destino del subdesarrollo del capitalismo continuará trayendo consecuencias a la clase trabajadora, que es la que más empleo genera, pero que de otro lado es expoliada, sobre todo, en los períodos de contracción capitalista y reforzamiento de medidas liberales y neoliberales en la estructura económica.

4. Eslabones débiles e inserción subalterna: ¿por qué se radicaliza la coacción?

En este apartado se expone de manera sintética las reflexiones esbozadas por Agustín Cueva alrededor de las formas que asume el estado según los requerimientos de la dinámica capitalista imperialista. Se revisa para ello escritos elaborados por Cueva en las décadas de los 1970 y 1980. Así, en un primer momento se rescata el análisis donde Cueva observa la mutación del estado de acuerdo a la particular forma de inserción de América Latina en el orden capitalista; en segunda instancia se repara en las transformaciones que suceden en el seno de la “sociedad civil” que son condición del cambio de forma estatal, específicamente su deriva autoritaria; y finalmente se hace un acercamiento a la situación social y política que atraviesa nuestro país en términos de gobierno y lucha social bajo el andamiaje reflexivo de Cueva.

4.1. El estado como producto de una doble condición del “desarrollo desigual”

De partida, es necesario señalar que Cueva postula sus ideas al calor de la controversia que sostiene con posturas desarrollistas de “diversas tendencias”, de manera concreta con aquellas “expectativas” anunciadas por estas corrientes acerca de “una ‘mejor’ distribución de la propiedad, del ingreso y del poder” (Cueva, Agustín, 2013, p. 16), o sobre la posibilidad de crear “economías nacionales autónomas”. Cueva afirma que estas expectativas se sostenían en ilusiones ideológicas más que en atención al desenvolvimiento concreto del capitalismo. Según Cueva en América Latina no hubo “asidero científico” por el que se pudo haber pensado la posibilidad de escapar a las leyes objetivas de acumulación, concentración y centralización inherentes al modo de producción capitalista (Cueva, Agustín, 2013).

Es bajo esta premisa que Cueva caracteriza a las “entidades nacionales” de la región, es decir de acuerdo a la “acelerada imbricación de sus economías en la nueva fase del desarrollo del capitalismo mundial” (Cueva, Agustín, 2013, p. 16). De allí que Cueva argumente sobre los distintos matices que tomaron países como Ecuador donde, según Cueva, se dio un acelerado desarrollo de la economía⁶ en relación al estancamiento en países como Argentina, país que atravesaba por un régimen de “terror” dictatorial, situación que tenía como correlato el desmantelamiento de las políticas “nacional populistas” implementadas décadas atrás. La “imbricación” a la dinámica capitalista difería precisamente en las particularidades de su inserción.

De esto se desprende el núcleo argumentativo de Cueva: en esta gran “cadena”⁷ capitalista imperialista mundial son las condiciones históri-

⁶ Vale señalar que en la década de los 70 se da en Ecuador el boom petrolero, situación que explica el crecimiento económico. Además, es preciso aclarar que los gobiernos militares no alcanzaron las magnitudes regresivas que fue la tónica en los países del Cono Sur, es más, a la dictadura de Rodríguez Lara se la calificó de nacionalista.

⁷ Según Cueva, “no existe una formación económica y social capitalista mundial, sino una <cadena> compuesta de múltiples entidades nacionales” (Cueva, 2013, p. 17).

cas particulares tanto internas como externas las que son condición de las distintas modalidades específicas que adquiere el desenvolvimiento del modo de producción en la región (Cueva, Agustín, 2013). Así,

La existencia de una heterogénea matriz estructural que primigeniamente se caracteriza no sólo por el desarrollo marcadamente desigual del capitalismo, sino además por la compleja presencia de modos de producción precapitalistas que sin duda ha impreso un carácter específico a todo el proceso de desarrollo, sobredeterminando el propio decurso del capitalismo (vía reaccionaria que este ha seguido). En el momento actual la presencia ya residual de los modos de producción precapitalistas se expresa, sobre todo, a través de la subsistencia de vastos sectores económicos sólo formalmente sometidos al capital (Cueva, Agustín, 2013, p. 17).

La coexistencia articulada de “modos de producción”, las contradicciones que esto provoca en la dinámica de las “entidades nacionales” y su “inserción subalterna”, es decir el carácter dependiente de estas en relación al centro dominante, son condición de una “modalidad específica” del desarrollo capitalista en la región. Cueva sostiene que son estas determinaciones las que convierten a los estados latinoamericanos en “eslabones débiles” dentro de la cadena capitalista imperialista mundial.

“Eslabones débiles” o “puntos de ‘condensación’” donde se conjugan las contradicciones propias de la forma social capitalista pero también las que acarrearán las “fases anteriores”, es decir, las inherentes a la condición “precapitalista”. Estados donde la “cuestión nacional” aún está por resolverse, “en razón de la misma situación colonial, semicolonial o de dependencia a secas” (Cueva, Agustín, 2013, p. 20). Es por esto —afirma Cueva— la naturaleza del estado en América Latina.

En este sentido el ideario de una “democracia burguesa” aparentemente sólida y estable en los países centrales (eslabones fuertes) mismos que se granjean el excedente económico proveniente de la “periferia”, no necesariamente es traspolable a los “eslabones débiles”. Allí, “la superestructura [natural] del capitalismo no ha sido precisamente la democracia sino más bien su extremo opuesto. Así como existe una ley de desarrollo desigual de la base económica del capitalismo, existe también una ley

de desarrollo desigual de su superestructura estatal y, por lo tanto, de desarrollo desigual de la democracia burguesa” (Cueva, Agustín, 2013, p. 20-21). De esto se desprendería una tendencia a la hegemonía en los eslabones fuertes y, por el contrario, coacción en los eslabones débiles.

De acuerdo a Cueva esto ha marcado el curso de la historia en la región, los “constantes y violentos reajustes” corresponden a esta doble condición del “desarrollo desigual” y la forma que ha adquirido el Estado es expresión de ello, “la naturaleza misma de la [sociedad civil] latinoamericana ha impuesto una [sobrecarga] de tareas a la instancia (política) encargada de asegurar su cohesión y reproducción” (Cueva, Agustín, 2013, p. 22). Tareas asumidas debido a la “heterogeneidad” de la sociedad civil latinoamericana y su consecuente imposibilidad de establecer hegemonía.

De esto se desprende también, la recurrencia a la “fuerza de la ley” o “ley de la fuerza” para no dar paso a salidas revolucionarias producto de la tensión acumulada. Cueva sostiene que no es casualidad la forma “autoritaria” que asumen los Estados en la región. El bloque dominante ha sido débil en sus otras “trincheras” o “fortificaciones” de tipo político digámoslo así, de allí que la expresión militar, instancia central de fuerza del aparato estatal aparezca no como la última sino como la primera de las fortalezas estatales.

Cueva hace énfasis en esto: hoy como hace un siglo el “estado de excepción” no es precisamente excepcional sino la regla. Sin embargo, al momento de categorizar estas maneras que adoptaron los Estados latinoamericanos, Cueva tiene cautela y prefiere argumentar que:

Conceptos como los de [autoritarismo] y [dictadura] son sin embargo demasiado formales y generales para caracterizar a un Estado capitalista que ha sufrido sensibles modificaciones desde su inicial fase [oligárquica] hasta su situación actual: en cada momento de su evolución ese Estado ha tenido tareas muy concretas que cumplir, en función de las correspondientes etapas por las que ha atravesado el desarrollo del capitalismo en América Latina (Cueva, Agustín, 2013, p. 23).

Conclusión a tener en cuenta en el curso de nuestra comparación con la época actual pues se hace necesario profundizar en las “tareas” que hoy cumple el Estado en el engranaje capitalista. Los escenarios pueden ser los mismos que Cueva planteaba para aquel momento: decantar en una transformación revolucionaria o continuar con el despliegue de una reestructuración en términos social y políticamente reaccionarios.

4.2. La forma estatal como expresión de la reconfiguración de la sociedad

A decir de Cueva, el carácter represivo que asumieron los Estado en la región no solo tiene que ver con la escalada de la “lucha social” que caracterizó la década de los 70 sino también con el papel que los Estados asumieron en la “remodelación” del conjunto de la sociedad latinoamericana. Así, parte de las tareas fueron el desmontaje de los proyectos de desarrollo nacional autónomo y la transnacionalización de los sectores claves de la economía (Cueva, Agustín, 2013). Sobre este último aspecto cabe considerar que Cueva reconoce la “trayectoria opuesta” que tomaron algunos países, entre ellos Ecuador, donde, aún de manera efímera, se establecieron proyectos burgueses de corte “nacionalista”.

Dicha reconfiguración implicaba el movimiento de fichas en el bloque dominante. Según Cueva, el desenvolvimiento del capitalismo latinoamericano había dado paso a la conformación de una “fracción burguesa monopólica nativa” (Cueva, Agustín, 2013, p. 24). Punto de inflexión que supone el paso del control del Estado por parte de las fracciones oligárquicas, entre ellas la burguesía comercial (compradora, “intermediaria”) a manos de un “sector monopólico nativo”.

Esta fase implicó la fusión de la “fuerza política” del Estado con la “fuerza económica” del capital monopólico, fenómeno que decanta en la conformación de un capitalismo monopolista de Estado (Cueva, 2013). Más allá de la ideología de la “seguridad nacional” impulsada en la época, de fondo está la imposición de un “modelo económico” acorde a las “nuevas condiciones de valorización del capital que se han creado en estas áreas” (Cueva, Agustín, 2013, p. 25).

Aquí se vislumbran, para Cueva, las tareas del Estado para ese momento: asegurar la existencia de una mano de obra barata, es decir bajar el nivel de los salarios hasta que resulten atractivos y se vean como verdadera “ventaja comparativa”, situación que solo fue posible bajo el mecanismo de una “mano política dura”. Dicho de otra manera “política económica liberal (sin control de precios) para todas las mercancías salvo una: la fuerza de trabajo. (Cueva, Agustín, 2013, p. 26). Cueva recalca que ni siquiera la presión del ejército industrial de reserva permitió que el precio de la fuerza de trabajo sea acorde a los requerimientos de la burguesía monopólica, este tuvo que ser fijado vía “coacción estatal”.

En resumen, el nuevo modelo económico proyectado bajo la tutela del capitalismo monopolista de Estado implicó, como ya lo habíamos anotado, el desmontaje de la política social implementada en los regímenes de tinte desarrollista, es decir la reducción de gasto social, de los salarios reales, en suma, el desmantelamiento del estado “benefactor”. Lo que dio lugar a “una desocupación creciente en el seno de las capas medias tradicionales, que por regla general son las mantenedoras de los servicios asistenciales, educativos, etcétera. Por este lado hay también una especie de redistribución regresiva del ingreso (Cueva, Agustín, 2013, p. 29). Circunstancias abocadas a salvaguardar la “reproducción ampliada del sistema” que conllevan una latente acumulación de contradicciones en el seno de la sociedad civil cuyas tareas “reguladoras” para la “instancia política” solo tuvieron salida bajo fuertes dosis de autoritarismo (Cueva, Agustín, 2013).

3. Una panorámica al Ecuador de hoy bajo las reflexiones de Cueva

El Ecuador actual guarda características en su formación social que se asemejan a las reflexiones planteadas por Cueva respecto a la heterogeneidad de la matriz estructural propia de los países dependientes. No solo siguen siendo diversas las formas de producción y reproducción de la riqueza y los medios de vida sino también el intercambio, la comercialización y el consumo. No podríamos hablar de formas precapitalistas,

porque de una u otra manera son parte de la totalidad del engranaje social, más es notoria su subsistencia como códigos distintos a los de la dinámica capitalista o por lo menos no necesariamente subsumidos totalmente a ella.

Si a esto le sumamos las propias contradicciones que devienen de esta “coexistencia articulada” y las condiciones de intercambio en circunstancias subalternas respecto al centro capitalista, entonces seguimos siendo aquello que Cueva denominó “eslabones débiles”. Aún hoy dependemos de los interesados prestamos (con ajustes de por medio) de las entidades financieras transnacionales y el gobierno espera acuerdos comerciales y “cooperativos” con Estados Unidos, China, México, Israel, Arabia Saudita, Chile, Canadá, etc; para comerciar productos como minerales, camarón, banano, atún, flores, cacao, madera cuya industria está controlada, en su mayoría por el gran empresariado ecuatoriano.

Esta circunstancia continúa marcando el desenvolvimiento económico de nuestro país, situación que ha conllevado también lo que Cueva menciona como desarrollo desigual en la superestructura estatal. El programa demoliberal de igualdad, fraternidad y justicia sigue siendo una quimera, ilusión ideológica defendida eso sí, a viva voz, por los sectores reaccionarios. El mismo gobierno del banquero Guillermo Lasso ha clamado por una inexistente democracia y vulnerable pax social en las últimas semanas debido a que los sectores populares han paralizado el país para pedir condiciones de subsistencia mínimas en la revuelta indígena-popular de junio.

Ha sido en estas situaciones de máxima tensión social (octubre 2019 y junio 2022) que la “fuerza de la ley” o “ley de la fuerza”, mencionadas por Cueva, como recurso que los estados latinoamericanos tuvieron siempre a la mano para frenar cualquier posibilidad de que las contradicciones acumuladas desemboquen en insurrecciones o más aún en revoluciones; se ha hecho presente para contrarrestar la avanzada indígena-popular. Los mismos divulgadores del poder de turno hablaron de una debilidad del gobierno en lo que Cueva menciona como “trincheras” o “fortificaciones” políticas, al tiempo que han casi implorado que se radicalice lo

que, en teoría debería ser la última instancia en un régimen democrático, pero que en el gobierno de Lasso aparece como la primera fortaleza, a saber: la instancia militar. Y lo hacen en nombre de la democracia.

Ahora bien, el escenario que nos muestra Cueva sucede en un momento que el mismo autor denomina de “remodelación” del orden social donde de fondo está el desmontaje de proyectos de desarrollo nacional autónomo, no indagaremos cuánto calza esta acepción para el período anterior al retorno de la “democracia” en nuestro país, pero con distintos matices lo que sucede ahora con el Gobierno de Lasso se trata del viraje al anterior modelo denominado “progresista”, es decir aplica tal “remodelación”. También creemos que se trata de la imposición de un “modelo económico” que intenta ajustar las condiciones nacionales a los requerimientos del capital imperialista.

Así como en aquella época, el viraje en el modelo económico ha significado el desmantelamiento de la política de prestaciones sociales implementadas por el progresismo, por supuesto no tiene que ver solamente con el cambio de Gobierno sino con la merma de recursos al estado sobre todo proveniente de los commodities, situación que empezó a hacer mella hacia el final del mismo período progresista cuando el ajuste provocó la reducción de la inversión pública, lo que significó el freno en el gasto social y despidos de trabajadores del sector público, cuestión que, tal como lo resalta Cueva, ha provocado altos niveles de desocupación entre los sectores de ingresos medios. Con el cambio de gobierno, tutelado este por sectores empresariales de viejo cuño, el ajuste se intensificó. Precisamente las revueltas del campo popular responden a este proceso y, por supuesto, han sido los momentos donde más se ha sentido el peso de la fuerza coactiva.

En este sentido, consideramos que las “brutales formas de coacción” de las que habla Cueva al calor de los niveles que alcanzó la represión en Latinoamérica, nos sirven al menos como brújula de los posibles escenarios para nuestro país. Cueva dice que este recurso a la coacción puede significar la instalación de un “estado típicamente gendarme” donde se reduce los denominados “gastos sociales” para incrementar los rubros

en “defensa y seguridad”, cuestión que acarrea una férrea reacción contra los sectores subalternos y revolucionarios, es decir deja en claro lo sustancial el contenido de clase y la forma de ejercicio de dominación” (Cueva, 2013, p. 51).

Tras la rebelión de Octubre cada vez es más notorio el despliegue de la clase dominante bajo una “cultura de la legalidad” donde organizarse y proponer la emancipación social quedan prohibidos. Perseguir la transformación social raya en la “irracionalidad” se dice desde las voces ultra razonables del Gobierno, de allí que la “razón de estado” sea judicializar, perseguir, amenazar y encarcelar.

Cueva menciona que ya en los momentos donde la lógica capitalista así lo requirió, los niveles brutales de coacción escalaron hasta el uso del “terror fascista”, sobre todo donde los niveles de lucha de clases obstaculizaban su cometido. Para Cueva una de las características de esta escalada es la compactación del bloque dominante es decir cuando “la burguesía como un todo emprende su cruzada contra las masas trabajadoras” (Cueva, Agustín, 2013, p. 57).

Allí, la doctrina de la “seguridad nacional” funciona como una “dimensión militar de la lucha de clases” (Cueva, Agustín, 2013, p. 58) y no tanto como una forma de estado. Lo que destaca Cueva respecto de esta doctrina es que unas veces aparece como militarización interna de corte fascista y otras en que los militares solo garantizan, en última instancia, la “hegemonía civil” de la burguesía (Cueva, 2013), es decir, la militarización de la política gubernamental pasa por sostener la dominación sin que necesariamente los militares asuman el control político. Cabe señalar que, en la primera opción, el cometido es eliminar cualquier “reserva progresista” que exista entre las fuerzas militares.

Finalmente ponemos en consideración una última apreciación de Cueva: sostener una lucha contra tamaña forma de coacción solo sería posible con la “unidad de las corrientes verdaderas democráticas, antimperialistas y revolucionarias” (Cueva, Agustín, 2013, p. 61). Una particularidad de nuestro país en términos de lucha social es la legitimidad alcanzada

por la “fuerza material” gestada en el enfrentamiento a la imposición neoliberal-fondomonetarista de las últimas décadas, amasada en la rebelión de Octubre 2019 y recordada en las Jornadas de Junio 2022. La imbricación indígena-popular se colocó como un muro de contención contra el modelo de acumulación que el bloque de poder se empeña en desplegar.

Queremos con esto resaltar la unidad de la que habla Cueva, al calor de las llantas encendidas (símbolo de protesta de la muchedumbre). Por lo pronto, el recurso policial-militar del gobierno se ha encontrado con un brazo difícil de torcer, pero esto también ha dado paso al pacto del bloque de poder contra el “griterío popular”. Hasta ahora, en momentos de máxima tensión, la dominación del bloque de poder se sostuvo sobre el despliegue hegemónico (medios de comunicación), y represivos (policial-militar-judicial) que, bajo el apuro de las circunstancias hizo posible la unidad de las fracciones dominantes, cabe preguntar entonces ¿logrará sostenerse la unidad de los subalternos, gestada al calor de la rebelión, para frenar el despliegue reaccionario y avanzar hacia una salida emancipatoria?

BIBLIOGRAFÍA

Carcanholo, Marcelo. (2022). “Importancia de dialéctica de la dependencia para el actual rescate crítico de la teoría marxista de la dependencia”, en: Kohan, N. (comp) *Teorías del imperialismo y la dependencia desde el sur global*, (131-148). Buenos Aires: Editorial Cienfuegos.

Cueva, Agustín. (1979). *El desarrollo del capitalismo en América Latina*. México: Siglo XXI Editores.

Cueva, Agustín. (1987). *La teoría marxista: categorías de base y problemas actuales*. Quito: Editorial Planeta.

Cueva, Agustín. (2013). “El desarrollo del capitalismo en América Latina y la cuestión del Estado”, en: Baez, R & Rosero, A (ed). (s) *Autoritarismo y Fascismo en América Latina*, (15-31). Quito: Gallo Rojo.

Cueva, Agustín. (2013). “La política económica del fascismo”, en: Baez, R & Rosero, A

- (ed). (s) *Autoritarismo y Fascismo en América Latina*, (33-48). Quito: Gallo Rojo.
- Cueva, Agustín. (2013). “La remodelación fascista de la sociedad”, en: Baez, R & Rose-ro, A (ed). (s) *Autoritarismo y Fascismo en América Latina*, (49-63). Quito: Gallo Rojo.
- Cueva, Agustín. (2015). *Entre la ira y la esperanza: y otros ensayos de crítica latinoamericana*. México: Siglo XXI Editores.
- Kohan, Néstor. (2022). “Dialéctica del mercado mundial capitalista, el imperialismo y la dependencia”, en: Kohan, N. (comp) *Teorías del imperialismo y la dependencia desde el sur global*, (131-148). Buenos Aires: Editorial Cienflores.
- Iza Leonidas, Madrid Andrés, Tapia Andrés. (2020). *Estallido la rebelión de octubre en Ecuador*. Quito: Ediciones Red Kapari.
- Marini, Ruy Mauro. (2008). “Dialéctica de la dependencia”, en: *América Latina, dependencia y globalización. Fundamentos conceptuales Ruy Mauro Marini*, (107-149). Bogotá: CLACSO. Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/critico/marini/04dialectica2.pdf>
- Moreano, Alejandro. (2022). “Agustín Cueva hoy”, en: Saltos, N. (Coord) *Vigencia del pensamiento de Agustín Cueva*, (25-41). Quito: Facultad de Ciencias Sociales y Humanas de la Universidad Central del Ecuador.



Boletín del Grupo de Trabajo
Herencias y perspectivas del marxismo

Número **26** · Junio 2022